

# resc

Revista de Estudos SocioCulturais



**V.2 N.4**

UERN, 07-12/2022

ISSN 2764-4405





**Créditos IMAGEM da CAPA:** Crislayne Cristina Gadelha e Gilmara Soares de Oliveira.

**Descrição da IMAGEM da CAPA RESC v2n4:** Mulheres sorridentes em atividade de manicure. Foto do ensaio fotográfico ELAS, DELAS.

## EXPEDIENTE

*RESC Revista de Estudos Socioculturais*

GRUESC Grupo de Estudos Culturais

Publicação Quadrimestral do GRUESC

V. 2, N. 4, julho/dezembro de 2022

ISSN 2764-4405

Endereço Eletrônico: <https://natal.uern.br/periodicos/index.php/RESC>

E-Mail: [resc@uern.br](mailto:resc@uern.br)



## EDITOR, CONSELHO EDITORIAL E CIENTÍFICO

**EDITORES:** Eliane Anselmo da Silva (Editora-chefe); Raoni Borges Barbosa (Coeditor).

**CONSELHO EDITORIAL:** Adilbênia Freire Machado; Ana Maria Morais Costa; Antônia Batista Marques; Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira; Carmen Lucia Silva Lima; Cornelia Eckert; Cyntia Carolina Beserra Brasileiro; Edilson Damasceno; Elcimar Dantas Pereira; Emanuel Freitas; Gabriel David Noel; Ilzver de Matos Oliveira; José Sérgio Leite Lopes; Lidiane Alves da Cunha; Lucas Súllivam Marques Leite; Luis Roberto Cardoso de Oliveira; Luiz Carvalho de Assunção; Pedro Lisdero; Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento; Raoni Borges Barbosa; Roberta Bivar Carneiro Campos; Stefania Capone.

**CONSELHO CIENTÍFICO:** Elcimar Dantas Pereira; Eliane Anselmo da Silva; Lidiane Alves da Cunha; Raoni Borges Barbosa.

**EDIÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO:** Augusto César Carlos de Queiroz.

A apresentação de colaborações deve ser encaminhada à RESC *Revista de Estudos Socioculturais* através do e-mail [resc@uern.br](mailto:resc@uern.br).

GRUESC Grupo de Estudos Culturais  
[A/C Profa. Dra. Eliane Anselmo da Silva]  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus Central, Mossoró-RN  
Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais  
Departamento de Ciências Sociais e Políticas  
CEP: 59610-210 – Mossoró – Rio Grande do Norte - Brasil

RESC *Revista de Estudos Socioculturais* é uma revista acadêmica do GRUESC - Grupo de Estudos Culturais. Tem por objetivo atuar em estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à cultura, à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às emoções e moralidades nas sociabilidades brasileiras atuais.

RESC Journal of Sociocultural Studies is an academic journal of the GRUESC – Research Group of Cultural Studies. Its objective is to act in sociocultural studies, in a broad sense, from plural theoretical-methodological perspectives, in order to emphasize the exercise of analysis of themes related to culture, education, ethnic-racial relations, violence and social conflict, emotions and morals in current Brazilian sociabilities.

Secretaria GRUESC. Aryelton Medeiros S. Cruz

E-Mail: [resc@uern.br](mailto:resc@uern.br).

O GRUESC é um Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

GRUESC is a Research Group at Department of Social and Political Science at the University of the State of Rio Grande do Norte, Brazil.

ENDEREÇO / ADDRESS:

RESC *Revista de Estudos Socioculturais*  
[Aos cuidados da Profa. Dra. Eliane Anselmo da Silva]  
GRUESC - Grupo de Estudos Culturais  
Departamento de Ciências Sociais e Políticas/FAFIC/UERN  
GRUESC / UERN – FAFIC – Campus Central – Presidente Costa e Silva  
CEP 59610-210 · Mossoró · RN · Brasil



RESC Revista de Estudos SocioCulturais / GRUESC – Grupo de Estudos Culturais /  
Departamento de Ciências Sociais e Políticas / FAFIC / Universidade do Estado do  
Rio Grande do Norte – v. 2, n. 4, julho/dezembro de 2022.

Mossoró – GRUESC, 2022.

(v.2, n.4 – julho/dezembro de 2022) - Revista Quadrimestral ISSN **2764-4405**

Antropologia – 2. Sociologia – 3. Filosofia – 4. Educação – 5. Estudos Culturais –  
Periódicos – I.

GRUESC – Grupo de Estudos Culturais. Universidade do Estado do Rio Grande do  
Norte.

BC-UERN

XXX 000 (Em construção)

XXX 000 (Em construção)



## SOBRE A REVISTA

*RESC Revista de Estudos Socioculturais* se propõe o esforço de construção de uma rede acadêmica de discussão e reflexão sobre estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às emoções e moralidades nas sociabilidades brasileiras atuais. A agenda teórico-metodológica e os interesses temáticos abrigados na proposta de publicação da *RESC Revista de Estudos Socioculturais* vem sendo amadurecidos em uma rotina de pesquisa desenvolvida no GRUESC Grupo de Estudos Culturais.

Formado em 2010, o GRUESC Grupo de Estudos Culturais objetiva estimular a produção de reflexões socioantropológicas sobre múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas no estudo de populações indígenas e quilombolas, de minorias e de personagens comuns contemporâneos na compreensão dos processos sociais e das dinâmicas culturais desencadeadas nos mundos urbano e rural. Integra pesquisadores que interessam captar, por meio do entendimento da cultura como sistema de valores, símbolos e formas de linguagem, os processos sociais e as dinâmicas culturais na experiência das populações indígenas, quilombolas e outras, bem como nas práticas e interações desencadeadas nos contextos urbano e rural.

Os focos de análise do GRUESC Grupo de Estudos Culturais são os regimes de territorialidade, práticas sociais da memória (produção de saberes e transmissão de conhecimentos), cosmologias, simbolismos, religiosidades, educação, violência, comportamento eleitoral e a emergência de novas formas de identidades contemporâneas. Conta para tanto com três linhas de pesquisa:

1. Culturas Emotivas e Sociabilidades Urbanas, cujo objetivo é discutir os processos intersubjetivos e suas objetificações em culturas emotivas inscritas no urbano contemporâneo brasileiro na perspectiva das teorias das emoções; bem como problematizar os modos e estilos de vida, os mundos sociais e as regiões morais no urbano, compreendendo a ação, os projetos, os rituais e performances, os papéis e trajetórias dos atores e agentes sociais em jogo simbólico-interacional nos enquadramentos narrativos e contextuais próprios da cultura emotiva que perfazem.

2. Dinâmicas e Práticas Socioculturais, cujo objetivo é analisar dinâmicas e práticas socioculturais, fenômenos e interações, abordando questões relativas a novas formas de identidades contemporâneas, violência e conflitos sociais, religiosidades e saberes da tradição, cultura popular, memória, família e parentesco, gênero e sexualidade, consumo, corpo e saúde, movimentos sociais, práticas políticas e comportamento eleitoral.

3. Diversidade Cultural e Educação, cujo objetivo é analisar os estudos culturais na educação com destaque nos grupos temáticos: educação popular; educação étnico-racial; educação quilombola; filosofia africana; gênero e sexualidade; cidadania; direitos humanos; meio ambiente;

novas tecnologias; movimentos sociais; práticas integrativas e complementares de saberes; ensino de ciências humanas e sociais.

*RESC Revista de Estudos Socioculturais*, portanto, se situa em uma tradição acadêmica de pesquisas e reflexões em Antropologia e Sociologia do GRUESC em seu esforço analítico da cultura e sociedade brasileira contemporânea.

## FOCO E ESCOPO

*RESC Revista de Estudos SocioCulturais* se propõe o esforço de construção de uma rede acadêmica de discussão e reflexão sobre estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à cultura, à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às emoções e moralidades nas sociabilidades brasileiras atuais. A agenda teórico-metodológica e os interesses temáticos abrigados na proposta de publicação da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* vem sendo amadurecidos em uma rotina de pesquisa desenvolvida no GRUESC Grupo de Estudos Culturais. Nesse sentido, o foco e o escopo da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* se alinha nas rubricas das linhas de pesquisa do GRUESC Grupo de Estudos Culturais: Culturas Emotivas e Sociabilidades Urbanas; Dinâmicas e Práticas Socioculturais; Diversidade Cultural e Educação.

## PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARECERISTAS

As submissões serão inicialmente avaliadas pela Comissão Editorial para decidir a pertinência quanto a linha editorial da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*. Uma vez aceitas, serão submetidas a avaliadores independentes (avaliação duplo-cega), preservadas as identidades tanto de autores quanto de responsáveis por pareceres. Em caso de controvérsia, um terceiro avaliador independente será acionado. Persistindo a controvérsia, a contribuição será avaliada pela Comissão Editorial, podendo ser decidida pelo Editor. Todos os autores receberão cópias dos pareceres de avaliação de suas contribuições. A publicação é dependente da aprovação pelos avaliadores. O tempo estimado para os processos de avaliação e publicação é, em média, de 06 meses a 01 ano.

## POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, de modo a promover a democratização do conhecimento.

## DIRETRIZES AOS AUTORES

### Condições para submissão

1. A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, ISSN 2764-4405, é uma publicação semestral, com lançamentos nos meses de junho e dezembro de cada ano.
  2. A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* pode ser lida inteiramente, de forma gratuita, no site RESC: <https://natal.uern.br/periodicos/index.php/RESC>.
  3. Todos os artigos apresentados aos editores da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* serão submetidos à pareceristas anônimos conceituados para que emitam sua avaliação.
  4. A revista aceitará somente trabalhos inéditos sob a forma de artigos, entrevistas, traduções, resenhas e comentários de livros. Exceto nos casos de dossiês e autores convidados ou artigos que o Coordenador do Dossiê ou o Conselho Editorial achar importante publicar ou republicar.
  5. Os textos em língua estrangeira, quando aceitos pelo Conselho Editorial, serão publicados no original, se em língua espanhola, francesa, italiana e inglesa, podendo porventura vir a ser traduzido.
  6. Todo artigo enviado à revista para publicação deverá ser acompanhado de uma lista de até cinco palavras-chave e Keywords que identifiquem os principais assuntos tratados e de um resumo informativo em português, com versão para o inglês (abstract), com 300 palavras máximas, onde fiquem claros os propósitos, os métodos empregados e as principais conclusões do trabalho.
  7. Deverão ser igualmente encaminhados aos editores dados sobre o autor (filiação institucional, áreas de interesse, publicações, entre outros aspectos).
  8. Os editores reservam-se o direito de introduzir alterações na redação dos originais, visando a manter a homogeneidade e a qualidade da revista, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores. Os artigos expressarão assim, única e exclusivamente, as opiniões e conclusões de seus autores.
  9. Os artigos publicados na revista serão disponibilizados apenas on-line.
- Toda correspondência referente à publicação de artigos deverá ser enviada para o e-mail da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*: [resc@uern.br](mailto:resc@uern.br).

### Regras para apresentação de originais

1. Os originais que não estiverem na formatação exigida pela *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* não serão considerados para avaliação e imediatamente descartados.
2. Os artigos submetidos aos editores para publicação na *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* deverão ser digitados em Word, fonte Times New Roman 12, espaço duplo, formato de página A-4. Nesse padrão, o limite dos

artigos será de até 30 páginas e 8 páginas para resenhas, incluindo as notas e referências bibliográficas.

3. Citações com mais de três linhas, no interior do texto, devem se encontrar em separado, sem aspas, com recuo de 1 cm à direita, fonte Times New Roman 10, normal, espaçamento entre linhas duplo; e espaçamento de 6x6.

4. O arquivo deverá ser enviado por correio eletrônico para o e-mail: [resc@uern.br](mailto:resc@uern.br).

### Notas e remissões bibliográficas

1. As notas deverão ser sucintas e colocadas no pé-de-página.

2. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas e devem figurar no corpo principal do texto. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, ISSN 2764-4405, v. 1, n. 1, junho de 2020 ISSN 2764-4405.

3. Da remissão deverá constar o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, separados por vírgulas, de acordo com o exemplo 1: Exemplo 1: Segundo Cassirer (1979, p.46), a síntese e a produção pelo saber...

4. Usa-se o sobrenome do autor, quando no interior do parêntese, em letras maiúsculas, conforme o exemplo 2: Exemplo 2: O eu que enuncia "eu" (BENVENISTE, 1972, p. 32).

### Referências

1. As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética.

2. Deverão obedecer aos seguintes modelos:

a) Tratando-se de livro:

- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- título da obra (em itálico);
- subtítulo, (também em itálico);
- nº da edição (apenas a partir da 2ª edição);
- local de publicação, seguido de dois pontos (:);
- nome da editora;
- data de publicação.

Exemplo: BACHELARD, Gaston. *La terre et les rêveries de la volonté*. Paris: Librairie José Corti, 1984. 1.

b) Tratando-se de artigo em revistas:

- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- título do artigo sem aspas;
- nome do periódico por extenso (em itálico);
- volume e nº do periódico (entre vírgulas);
- páginas do artigo (ex: p. 15-21);
- data da publicação.



Exemplo: CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. Revista Dados, v. 27, n. 1, p.1-15, 1984. 2.

- c) Tratando-se de artigo em coletâneas:
- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
  - título do artigo;
  - In:
  - nome do autor ou autores da coletânea seguido por (Orgs);
  - título e subtítulo da coletânea em itálico;
  - nº da edição (a partir da 2ª edição);
  - local da publicação seguido de dois pontos (:);
  - nome da editora;
  - páginas do artigo;
  - ano da publicação.

Exemplo: DIAS, Juliana Braz. Enviando dinheiro, construindo afetos. In: Wilson Trajano Filho (Org.). Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. 2ª edição. Brasília: ABA Publicações, p. 47-73, 2012.

- d) Tratando-se de artigos em revistas online:
- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
  - título do artigo sem aspas;
  - nome do periódico por extenso (em itálico);
  - RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 15, n. 44, agosto de 2016 ISSN 1676-8965 volume e nº do periódico (entre vírgulas);
  - páginas do artigo, se houver (ex: p. 15-21);
  - data da publicação
  - Endereço do site
  - Quando se deu a consulta.

Exemplo: FERRAZ, Amélia. Viver e morrer. Revista online de comunicação, v. 10, n. 20, p. 5-10. [www.revistaonlinedecomunicação.com.br](http://www.revistaonlinedecomunicação.com.br) (Consulta em: 20.06.2015).

- e) Tratando-se de teses, dissertações, tccs e relatórios:
- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
  - título da obra (em itálico)
  - subtítulo, (também em itálico);
  - Tese; Dissertação, etc.;
  - local de publicação, seguido de dois pontos (:);
  - nome do Programa e Universidade;
  - Ano

Exemplo: BARBOSA, Raoni Borges. Medos Corriqueiros e vergonha cotidiana: uma análise compreensiva do bairro do Varjão/Rangel. Dissertação. João Pessoa: PPGA/UFPB, 2015

### **Nota geral para as referências**

1. Artigo, livro, coletânea, ensaio com mais de um autor: com até dois autores:
  - Sobrenome do autor principal (em letras maiúsculas), seguido do nome e ponto e vírgula (;)
  - A seguir, o nome e sobrenome do segundo autor.
2. Artigo, livro, coletânea, ensaio com mais de dois autores:
  - Sobrenome do autor principal (em letras maiúsculas), seguido do nome e, após, et al.

### **Quadros e Mapas**

1. Quadros, mapas, tabelas, etc. deverão ser enviados em arquivos separados, com indicações claras, ao longo no texto, dos locais onde devem ser inseridos.
2. As fotografias deverão vir também em arquivos separados e no formato jpg ou jpeg com resolução de, pelo menos, 100 dpi.

## **INFORMAÇÕES GERAIS**

A *RESC - Revista de Estudos SocioCulturais* se propõe o esforço de construção de uma rede acadêmica de discussão e reflexão sobre estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à cultura, à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às emoções e moralidades nas sociabilidades brasileiras atuais. A agenda teórico-metodológica e os interesses temáticos abrigados na proposta de publicação da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* vem sendo amadurecidos em uma rotina de estudos e pesquisas desenvolvidas no GRUESC - Grupo de Estudos Culturais. A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, portanto, se situa em uma tradição acadêmica de pesquisas e reflexões do GRUESC em seu esforço analítico da cultura e sociedade brasileira contemporânea.

## **DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL**

A submissão de trabalho(s) científico(s) original(is) pelos autores, na qualidade de titulares do direito de autor do(s) texto(s) enviado(s) ao periódico, nos termos da Lei 9.610/98, implica na **cessão de direitos autorais de publicação impressa e/ou digital à RESC Revista de Estudos SocioCulturais, do(as) trabalhos(as) aprovados(as) para fins da publicação**, em um único número da Revista, autorizando-se, ainda, que o(s) trabalho(s) científico(s) aprovado(s) seja(m) **divulgado(s) gratuitamente, sem qualquer tipo de ressarcimento a título de direitos autorais**, por meio do site

da Revista, para fins de leitura, impressão e/ou download do arquivo do texto, a partir da data de aceitação para fins de publicação.

Portanto, os autores ao procederem a submissão do(s) artigo(s) à Revista, e, por conseguinte, a cessão gratuita dos direitos autorais relacionados ao trabalho científico enviado, têm plena ciência de que **não serão remunerados pela publicação do(s) artigo(s) no periódico.**

Os autores declaram expressamente concordar com os termos da presente Declaração de Direito Autoral, que se aplicará a submissão caso seja publicada por esta Revista.

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados única e exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

## SUMÁRIO RESC V2N3

### APRESENTAÇÃO **18**

*Cyntia Carolina Beserra Brasileiro*

### ARTIGO

#### A violência contra a mulher como expressão da questão social no Brasil. **21**

*Vitória Camila Da Silva Araujo Fonseca  
Pâmela Kaylhanny De Mesquita Dantas  
Vitória Maria Saraiva Freire  
Esdras Yuri Gurgel Correia*

#### Gestação e covid-19: o impacto da pandemia na vida das mulheres grávidas **32**

*Maria Laís Azevedo Silva*

#### Uma análise sobre a identificação partidária de eleitoras filiadas ao partido dos trabalhadores no Rio Grande do Norte entre 2010 e 2020. **46**

*Elany Lorrane Medeiros da Silveira  
Gianna Grasiela Maia da Silva*

#### Vereadoras de Mossoró: um comparativo entre as eleições de 2016 e 2020. **56**

*Vanderlânia Crislany da Silva Ferreira*

#### @Mulheres on: uma experiência de extensão universitária na promoção da igualdade da mulher. **70**

*Cyntia Carolina Beserra Brasileiro  
Crislayne Cristina Gadelha  
Eula Paula Gomes de Moraes  
Gilmara Soares de Oliveira  
Karina Cia Bartels Cabral  
Magna Karol Alves de Paiva*



## RESENHA

Resenha.

**87**

*Amanda Lima Souza*

## ENSAIO FOTOGRÁFICO

Elas, Delas.

**90**

*Crislayne Cristina Gadelha  
Gilmara Soares de Oliveira*

## SOBRE OS AUTORES

**104**

## APRESENTAÇÃO

### *Presentation*

A RESC Revista de Estudos SocioCulturais tem o prazer de apresentar mais um número, o volume quatro da edição regular do segundo ano de trabalho de sua equipe editorial, afirmando mais uma vez seu compromisso com a produção do conhecimento científico e com a formação acadêmica, garantida pela qualidade de uma universidade pública no Brasil.

A presente edição reúne trabalhos que discutem a promoção da igualdade de gênero e as políticas públicas voltadas para as mulheres sob vários aspectos: Mercado de Trabalho, Saúde, Educação, Ciência, Política, Violência, Meio ambiente, Relações étnico-raciais, etc. A discussão sobre o preconceito, o debate sobre a desigualdade de gênero ganha amplitudes nos cenários nacionais e internacionais, de modo que emerge a necessidade de pesquisas, relatos de experiência, aprofundamento da literatura como luta contra este desequilíbrio.

Assim, temos, compondo esse v2n4 da RESC Revista de Estudos SocioCulturais, cinco artigos, um ensaio fotográfico e uma resenha de livro, destacando resultados de estudos e pesquisas que permeiam os debates propostos no Projeto de Extensão Mulheres On, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que organiza junto ao GRUESC Grupo de Estudos Culturais, esta edição.

O primeiro artigo, com o título: *A violência contra a mulher como expressão da questão social no Brasil*, é de autoria de Vitória Camila da Silva Araujo Fonseca, Pâmela Kaylhanny de Mesquita Dantas, Vitória Maria Saraiva Freire, Esdras Yuri Gurgel Correia, e resulta de uma pesquisa que tem escopo histórico. O objetivo foi compreender como a temática da violência contra a mulher pode ser construída a partir de uma sociedade alinhada à concepção de igualdade de gênero, bem como na luta do movimento feminista, especialmente quando se trata dos direitos e emancipação das mulheres.

No segundo texto, temos *Gestação e Covid-19: o impacto da pandemia na vida das mulheres grávidas*, de Maria Laís Azevedo Silva, que analisa quais os impactos sociais e no âmbito da saúde ocasionados nas mulheres grávidas, durante o isolamento da pandemia da Covid-19 na cidade de Mossoró/RN. A autora retoma o contexto das mulheres grávidas nos anos 2020 e 2021, numa pesquisa com recorte quantitativo, recuperando quais os sentimentos e traumas, sejam psicológicos ou físicos, que as gestantes participantes da amostra carregaram decorrentes do isolamento.

Em seguida, temos o texto *Uma análise sobre as identificações partidária de eleitoras filiadas ao Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte*, de autoria de Elany Lorrane Medeiros da Silveira e Gianna Grasiela Maia da Silva. Analisa os dados de filiação partidária de mulheres com vistas a compreender a participação política das mesmas entre os anos de 2010 e 2020 as autoras usam o banco de dados do TSE e ressaltam o cenário de violência política de gênero.

Já em *Vereadoras de Mossoró: Um comparativo entre as eleições de 2016 e 2020*, Vanderlânia Crislany da Silva Ferreira tomou como eixo o debate sobre a sub-representação política de mulheres no município de Mossoró/RN

para tanto analisou as mulheres que disputaram a eleição de 2016 e 2020 para os cargos de vereadoras e realizou um comparativo das candidaturas nos referidos anos, observando a obrigatoriedade e cumprimento das cotas pelos partidos e a efetividade de suas candidaturas enquanto eleitas.

No último texto, sob o título: *@Mulheres On: uma experiência de extensão universitária na promoção da igualdade da mulher*, Cyntia Carolina Beserra Brasileiro, Crislayne Cristina Gadelha, Eula Paula Gomes de Moraes, Gilmara Soares de Oliveira, Karina Cia Bartels Cabral, Magna Karol Alves de Paiva, traz o relato de experiência do Projeto de Extensão no escopo do artigo, assinalando a importância da caracterização e levantamento de dados sobre a mulher, e também da necessidade de implementar políticas públicas de incentivo às mulheres e sua proteção social.

A revista também contou com a resenha crítica do Livro *Entre as leis da ciência, do estado e de Deus, de autoria de Bruna Angotti*. A resenhista Amanda Lima Souza apresenta a realidade dos sistemas prisionais brasileiros desde o período colonial e os desafios da população carcerária feminina, bem como a presença enfática da religião católica como aparato moral do Estado e fundante no processo de ressocialização.

Finalmente, a Revista oferece o Ensaio Fotográfico: *ELAS, DELAS*, de Crislayne Cristina Gadelha e Gilmara Soares de Oliveira, com registro de mulheres em suas mais variadas nuances e capacidades de *ser*. Culmina com esses registros uma série de reflexões socioantropológica, política e histórica da construção do gênero, do ser mulher enquanto categoria de análise fundante para a promoção da igualdade.

Portanto, a todas, todos e todes uma excelente leitura deste número da RESC Revista de Estudos SocioCulturais!

A organizadora v2n4 da RESC Revista de Estudos SocioCulturais,

Cyntia Carolina Beserra Brasileiro

# ARTIGOS





FONSECA, Vitória Camila da Silva Araujo; DANTAS, Pâmela Kaylhanny de Mesquita; FREIRE, Vitória Maria Saraiva; CORREIA, Esdras Yuri Gurgel; A violência contra a mulher como expressão da questão social no Brasil. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v2., n.4, julho/dezembro de 2022, p. 21-31, ISSN 2764-4405.

## A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

*Vitória Camila Da Silva Araujo Fonseca<sup>1</sup>*

*Pâmela Kaylhanny De Mesquita Dantas<sup>2</sup>*

*Vitória Maria Saraiva Freire<sup>3</sup>*

*Esdras Yuri Gurgel Correia<sup>4</sup>*

**RESUMO:** A sociedade capitalista emergente após a queda do sistema feudal ambienta um conjunto de expressões e questões que implicam desafios nos dias atuais. em meados do século XVI é a principal fomentadora e responsável A violência contra a mulher é uma dessas inúmeras expressões, que se manifesta de forma avassaladora em nosso país, um dos principais líderes no ranking de feminicídios do mundo. Por ser uma prática tão recorrente na vida das mulheres, acaba por ser banalizada pela sociedade. Ao naturalizar tamanha problemática, a raiz que abriga essa barbárie é por vezes desconsiderada, ignorando o fato de que sua perpetuação está inteiramente interligada ao regime patriarcal. Este ambienta um conjunto de formas de dominação e exploração, o que as torna refém de um sistema misógino, sexista e machista. Logo, a violência nas suas mais diversas formas (sexual, física, mental, patrimonial) torna-se um mecanismo que alastra as desigualdades em relação as mulheres. Sabendo da importância do combate a essa mazela, o presente trabalho discute a respeito da temática violência contra a mulher, a importância da construção de uma sociedade alinhada à igualdade de gênero e a luta do movimento feminista por trás de cada pequena grande conquista no que tange aos direitos e emancipação das mulheres; objetivando desnaturalizar este fenômeno e sinalizar apoio e acolhimento para suas vítimas, além de reforçar que a violência contra a mulher é crime.

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte

<sup>4</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Feminismo; Direitos; Patriarcado; Mulheres.

**ABSTRACT:** The emerging capitalist society after the fall of the feudal system sets a set of expressions and issues that imply challenges today. In the middle of the 16th century, it is the main promoter and responsible. Violence against women is one of those countless expressions, which manifests itself in an overwhelming way in our country, one of the main leaders in the ranking of femicides in the world. Because it is such a recurrent practice in women's lives, it ends up being trivialized by society. By naturalizing such a problem, the root that harbors this barbarism is sometimes disregarded, ignoring the fact that its perpetuation is entirely intertwined with the patriarchal regime. This sets up a set of forms of domination and exploitation, which makes them hostage to a misogynistic, sexist and sexist system. Therefore, violence in its most diverse forms (sexual, physical, mental, patrimonial) becomes a mechanism that spreads inequalities in relation to women. Knowing the importance of fighting this disease, the present work discusses the theme of violence against women, the importance of building a society aligned with gender equality and the struggle of the feminist movement behind every small great achievement in terms of gender equality. the rights and emancipation of women; aiming to denaturalize this phenomenon and signal support and acceptance for its victims, in addition to reinforcing that violence against women is a crime.

**KEYWORDS:** Violence; Feminism; Rights; Patriarchy; Women.

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma das mais perversas e abomináveis expressões de gargalos sociais, que se manifesta enquanto fenômeno nos mais diversos lugares ao redor do mundo, atingindo a vida de milhares de mulheres e auxiliando na manutenção do machismo estrutural da sociedade. Esse tipo de violência possui sua base material nas relações patriarcais, implicando diretamente na opressão e diminuição das mulheres pela figura masculina. Segundo Saffioti (2004), “[...] pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos.” Por mais que o patriarcado seja um sistema sociopolítico “jovem” quando comparado ao surgimento da humanidade, ainda sim é uma estrutura de poder que prejudica diretamente e de forma avassaladora a vivência das mulheres na sociedade não somente nos dias atuais, mas nos mais diversos períodos da história, utilizando-se dos meios sociais, culturais e políticos na tentativa de perpetuar a dominação das mulheres, vendo na violência uma maneira de dominação por meio da força.

Se olharmos para trás, veremos que nos acontecimentos históricos que mais marcaram a história da humanidade, as mulheres sofreram brutalidades inimagináveis pelo simples fato de serem mulheres, simplesmente pela figura masculina considerar-se no direito de violar os

seus corpos e inibir os seus direitos. A exemplo disto, temos a colonização, que juntamente com o regime escravocrata, escravizava mulheres negras e indígenas obrigando-as a ceder aos colonizadores sua força de trabalho e até seu próprio corpo, servindo como escravas sexuais dos portugueses.

Vale salientar que o Brasil nasce de uma violência contra a mulher, em sua maioria negras e indígenas, que foram estupradas, escravizadas e coisificadas pelos colonizadores. Durante a história, bastou a eclosão de algum conflito para que as mulheres e seus direitos fossem os primeiros a serem violados. A instabilidade desses direitos está atrelada ao sistema patriarcal que reforça a ideia de dominação das mulheres, sendo a contestação de direitos uma das formas de dominação.

É importante destacar que diante do macrocosmo social capitalista em que vivemos não existe igualdade de gênero. Pelo contrário, o que se tem é uma realidade favorável aos homens e adversa às mulheres, e isso não se limita apenas ao mercado de trabalho, decorrendo-se também às demais esferas das relações sociais.

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os doissexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. (BEAUVOIR, 1970, p. 14)

Essa disparidade entre os gêneros implica, muitas vezes, diretamente nas ocorrências de violência contra a mulher. Dessa forma, a violência contra a mulher torna-se em nossa sociedade um fenômeno atemporal, que está presente no decorrer das épocas deixando marcas profundas no corpo, no bolso e na alma das mulheres, que mesmo sendo vítimas de tamanha crueldade, ainda precisam enfrentar o pensamento conservador e machista que resume e classifica a figura feminina como oferecida, frágil e histérica.

A prática da violência contra a mulher é transmitida de geração em geração tanto por homens quanto por mulheres. Basicamente tem sido o primeiro tipo de violência em que o ser humano é colocado de maneira direta. A partir daí, as pessoas aprendem outras práticas violentas. Ela torna-se arraigada no âmbito das relações sociais que é vista como se fosse algo inerente e natural, como se fizesse parte da natureza humana. A sociedade legitima tais atos violentos, pois ainda nos dias de hoje, é bastante comum ouvirmos expressões tais como: “as mulheres gostam de apanhar”, “pancada de amor não dói”. Isto dificulta a denúncia e a implantação de ações preventivas que poderão contribuir para o fim da prática da violência contra a

mulher. Acreditamos que a erradicação da violência social e política passa necessariamente pelo fim da violência contra a mulher, que sem dúvida, origina os demais tipos de violência.” (QUEIROZ, 2008, p. 7)

Tendo em vista esta breve retomada histórica, o presente artigo discorre a respeito da violência contra a mulher, apontando para a raiz do problema e mostrando os desdobramentos e as conquistas alcançadas pelas mulheres ao longo da história do país.

## **REBATIMENTOS DA RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO EXPRESSOS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Ao trazer esta problemática para a realidade das relações capitalistas atuais, a relação do capital versus trabalho é a determinação central de uma problemática social, que é a expressão politizada das desigualdades sociais. Assim, a contradição do capital versus trabalho envolve luta de classes, em que pese a classe trabalhadora luta contra as desigualdades que a burguesia impõe na sociedade.

Dessa relação, surgem diversas particularidades uma delas é a divisão sexual do trabalho, que agrega maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino, já que a capacidade de trabalhar é associada somente ao trabalhador do sexo masculino, sendo assim, considerada inadequada para as mulheres. Segundo Kergoat (2012), a divisão sexual do trabalho se configura como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é modulada histórica e socialmente.

A partir do patriarcado, um sistema masculino de opressão contra as mulheres, agudiza-se potencialmente a questão da divisão sexual do trabalho. Nesse sistema, há uma apropriação sobre os corpos e as vidas dos indivíduos de sexo feminino e nele surge a violência contra a mulher (VCM), um fenômeno resultante de uma estruturação de relações patriarcais da sociedade.

A violência contra a mulher não se restringe somente ao ambiente doméstico, pois existem diversas possibilidades de sofrerem qualquer tipo de agressão, não apenas física, em ambientes públicos e privados e, também, por pessoas desconhecidas, que não possuem nenhum laço de afeição. Dessa maneira, a VCM pode ocorrer em âmbito interpessoal, já que na sociedade patriarcal as mulheres são consideradas objetos, não são valorizadas e muito menos respeitadas socialmente.

Diante disso, é evidente o quanto a relação do capital versus trabalho influenciou no fenômeno da violência contra a mulher, visto que desde o



início do capitalismo e antes mesmo da sua introdução no mundo, a mulher sofria todos os tipos de violência, sendo diminuída e desrespeitada em todos os ambientes, tanto os públicos quanto os privados, desde a sua vida pessoal, interferindo na sua vivência profissional e em suas relações. Isto foi intensificado com o sistema patriarcal, que continua legitimando homens a sentirem-se donos das mulheres forçando-as a viver todo tipo de situação desgastante, de agressões a assédios. Resulta deste cenário uma sociedade patriarcal perpetrada pela violência.

## **AS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Segundo Saffioti (2004), o patriarcado é dirigido pela dinâmica entre controle e medo. A violência contra a mulher se manifesta de diversas formas, como a física, a sexual, a psicológica, a patrimonial, a moral, a obstétrica e a social. A violência física é uma ação ou omissão que afeta a integridade física e a saúde corporal de algum indivíduo. No território jurídico, esse tipo de violência é tida como lesão corporal. A sexual são atos ou tentativas de se ter uma relação sexual sem o consentimento do outro, seja sob intimidações ou agressões, seja em qualquer tipo de relacionamento. Conforme Barroso (2015), estudos têm apontado que a maioria dos estupros ocorre em um contexto de violência física em vez de paixão sexual ou como meio para a satisfação sexual.

A violência psicológica está presente em todas as violências contra as mulheres, pois toda forma de conduta agressiva afeta o psicológico da vítima, causando danos emocionais. Essa forma de violência pode ser tão grave quanto a física. A patrimonial foi tipificada na Lei Maria da Penha, é bastante comum em brigas, quando se destroem ou retêm objetos de valor sentimental, não necessariamente de valor monetário, para fragilizar a mulher. A violência moral, de acordo com o artigo 7, inciso V, da Lei Maria da Penha, é “entendida enquanto qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.

A obstétrica está ligada à concepção da mulher tratada como um objeto e não como ser humano. Esta concepção é resultante da “sexagem”, que, segundo Guillaumin (2005, [1978]), é uma linhagem dos conceitos de escravidão e servidão. As mulheres são resumidas ao sexo, sendo apropriadas de seu corpo e da sua vida. Para Medina (2009), a violência obstétrica é entendida como: “[...] qualquer conduta, ato ou omissão por parte de profissionais da saúde que, direta ou indiretamente, tanto em espaços públicos quanto nos privados, afetem o corpo e o exercício da sexualidade e reprodutiva das mulheres, expressos em um tratamento



desumanizado, em abuso de medicalização e patologização dos processos naturais.”

Por sua vez, a violência social contra a mulher se mostra nas desvalorizações sofridas por elas no âmbito público, como também nas desigualdades no território do trabalho, na desvalorização dos corpos e na mercantilização em propagandas, nos racismos e sexismos institucionais etc.

## **A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS MAIORES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Para Queiroz (2008) a violência contra a mulher, também denominada de “violência doméstica” ou “conjugal”, é um fenômeno que atinge maciçamente as mulheres de todas as partes do mundo, classes sociais, idades, raças/etnias, orientações sexuais e gerações, não se restringindo a um determinado “jeito de ser mulher”.

O século XIX mostra na sociedade uma nítida divisão entre a esfera pública e privada. Os homens eram responsáveis por ocupar a esfera pública, pois eles eram vistos como os provedores das famílias, e as mulheres ficaram e ainda ficam restritas à esfera privada é nesse âmbito privado que ocorrem as violências domésticas. A apropriação material do corpo das mulheres, e sua individualidade física, tem uma expressão legalizada: a relação contratual do casamento, essa apropriação é concreta e material.

Nessa separação entre o público e o privado se concretizou a divisão sexual do trabalho, homens provedores e mulheres cuidadoras. Assim, durante um período, as atribuições sociais, ao mesmo tempo que limitavam as mulheres a permanecerem no espaço privado, delegaram aos homens, como “destino natural”, o espaço público. O relaxamento das fronteiras entre o mundo produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres) tem contribuído com a possibilidade de as mulheres participarem do mundo produtivo.

Através desse fenômeno, a inserção das mulheres nas fronteiras públicas não é acompanhada de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em grande medida, a cargo das mulheres. No caso do Brasil, mesmo que tenha ocorrido a quebra no âmbito público e privado, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio no ano de 2018, sendo 61% delas negras (soma de pretas e pardas, seguindo a classificação do IBGE). As vítimas dessas agressões têm duas coisas em comum: gênero e a cor da pele. O que a frieza dos números deixa evidente é que a cor é determinante para as histórias dessas mulheres que sofrem violência. A forma como a mulher negra é vista é um ponto central para explicar os dados. Pesquisadoras negras mostram que os estereótipos construídos ao longo de séculos têm influência na construção de identidades e vulnerabilizam a mulher negra, ao "autorizar" violações contra elas.

É o que a socióloga e autora norte-americana feminista Patrícia Hills Collins denomina "imagens de controle": ideias que são aplicadas às mulheres negras e que permitem que outras pessoas as tratem de determinada maneira. Dessa maneira, quatro estereótipos racistas se destacam: o da mãe preta, que é a matriarca ou subserviente; o da negra de sexualidade exacerbada que provoca a atenção masculina; o da mulher dependente da assistência social; e o da negra raivosa, produtora da violência.

## PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS E DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Frente a constância no que tange a questão da violência contra a mulher, objetiva-se evidenciar as problemáticas e os desafios gerados pela referida visando explicar suas demandas e situar acerca de possíveis resoluções. Como citado anteriormente neste trabalho, uma retomada do contexto histórico e condicional que abriga e possibilita as dificuldades que se amplificam e imbricam-se ao âmago da sociedade e que se correlacionam ao tema. Trata-se de um fenômeno que atinge uma grande parcela da população que se identifica como mulher e transparece em todos os pontos da vivência destes determinados indivíduos, seja pública ou privada, considerando os dizeres “[...] na vida privada ou pública, bem como os sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos e discriminações com a intenção de intimidar, punir, humilhar, ferindo a integridade física e subjetiva das mulheres agredidas.” (QUEIROZ, 2008, p. 1). Ou seja, por intermédio da citação se pressiona uma sintetização quanto a violência e suas expressões sobre o corpo e a mente feminina, elucidando consequências sobre a constituição dessas vítimas.

A violência assume posição ainda muito cedo através de comentários, toques e/ou estímulos, partindo de conhecidos, desconhecidos, parentes e amigos e possui caráter de continuidade haja vista a escassa diminuição na

última década das práticas arbitrárias e agressivas tal qual exposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em dados mais recentes, ainda de acordo com os anteriormente aludidos, se transmite o alarme e emergência que deve se dar ao debate considerando a quantidade imensurável de pessoas vítimas diretas desse efeito, estima-se que aproximadamente 736 milhões de mulheres foram ou são vítimas desta situação.

É significativo apontar os conflitos, a hierarquia e o antagonismo como problemáticos sobre o âmago das relações sociais de sexo e que abrangem uma tida consubstancialidade e coextensividade indicando, respectivamente, a instauração e reprodução das relações de classe, gênero e “raça”. A força de trabalho se encontra amplamente ligado à hegemonia e elucida acerca do trabalho desvalorizado, precarizado, informal e munido de abusos aos quais mulheres integram enquanto trabalhadoras.

Segundo CISNE e SANTOS (2018), as relações sociais são tidas como “canais comunicativos” do capitalismo e servem através das apropriações e explorações de sexo e raça como um recurso para a diminuição de salários e o aumento da mais-valia. Em um sentido de explicação se adentra a concepção e instauração da propriedade privada esta que possui um também vínculo para com a subordinação feminina se tendo ciência que se encontra, evidentemente, concentrada na constituição familiar.

Este item se leva para uma relação de semelhança, ainda que superficial, com a escravidão, tornando-as “privadas e exclusivas” quando casadas e/ou solteiras – pertencem ao pai se porventura não tiverem contraído matrimônio. Na conjuntura da prostituição, coisifica-se a mulher. Isto posto, segundo CISNE e SANTOS (2018), uma primordialidade da supressão da propriedade privada e a instituição de uma economia doméstica socializada, ainda que estas sozinhas não sejam suficientes para a emancipação completa da classe tal qual torna a elucidar.

A vista disso, os principais desafios que são atrelados para com a expressão escolhida habitam o íntimo dos conceitos de patriarcado, capitalismo e sexismo e se enraízam sobre as questões do machismo expressando-se em diferentes formas e em praticamente todos os âmbitos em que a mulher está inserida – trabalho, casa e relações sociais –, sendo assim, expondo um caráter de permanência e por vezes alienação no que corresponde às dificuldades pragmáticas que as envolvem e garantem sua reprodução incessante. Fica-se então necessário uma reflexão acerca da conscientização coletiva e de como se desfazer das “amarras invisíveis” do capitalismo, patriarcado e sexismo.

## **LUTAS E CONQUISTAS: UM RETRATO DA RESISTÊNCIA FEMININA**

Embora a violência contra a mulher não se configure como uma mazela da nossa sociedade superada, vem se criando com o passar do tempo um enorme conjunto de estratégias de resistência desenvolvidas por movimentos, coletivos e grupos feministas que atuam não somente contra a violência contra mulher, mas também no combate às múltiplas formas de opressão da categoria.

No Brasil, a luta do movimento feminista esteve presente desde os longos e lamentáveis anos de ditadura empresarial militar. É partindo desta problemática que em 1981 a organização feminista SOS Corpo denuncia de forma revolucionária e pioneira as inúmeras violências que eram praticadas contra as mulheres em solo nacional.

É a partir de muita luta que as mulheres conseguem arrancar uma resposta do Estado, que no ano de 1985 efetiva a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em São Paulo. A criação das DEAMs demarca os avanços iniciais no âmbito das políticas públicas voltadas às mulheres, algo que teria continuidade nos anos seguintes.

Em 1994, aconteceu em Belém do Pará a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres que teve papel fundamental para dar maior visibilidade a políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher, além de auxiliá-la na definição de violência contra a mulher como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”<sup>5</sup>. Na década de 2000, em meio intensa mobilização dos movimentos sociais em busca da legitimação dos direitos humanos, é criada a Secretaria Especial de Política para Mulheres além disso, é sob grande pressão das mulheres que é aprovada em 2006 a Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria Da Penha<sup>6</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento de todas essas conquistas, torna evidente a constatação de que apesar da violência contra a mulher ser uma expressão ainda muito latente no dia-a-dia de milhares de mulheres, existe muita luta

---

<sup>5</sup> Decreto nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996.

<sup>6</sup> Maria Da Penha é uma farmacêutica brasileira que durante seu casamento foi vítima de violência doméstica e sofreu diversas tentativas de feminicídio. A lei de violência doméstica cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.



e organização, principalmente a partir da iniciativa das diversas vertentes que constituem o movimento feminista, que está cada vez mais alinhada às demandas das mulheres na busca por sua emancipação, auxiliando-as na construção de um pensamento crítico, protagonistas de sua realidade.

Para construir uma base capaz de dar um basta nessa problemática, oriunda das relações patriarcais que perpassam a história de toda a sociedade e condicionam mulheres a situações das mais diversas violências, é fulcral reconhecer enquanto sociedade as diversas circunstâncias que constroem um abismo de oportunidades e privilégios entre homens e mulheres e é viabilizando a pauta da igualdade de gênero e a trazendo para discussão que será possível construir um mundo livre do machismo, sexismo e misoginia, em que as mulheres tenham seus direitos (e corpos) respeitados, além de alcançar a tão almejada igualdade.

O embate ao falso moralismo fundamentalista construído pelo patriarcado sempre foi uma luta travada pelas mulheres foi assim durante a caça às bruxas; no incêndio na fábrica da Triangle Shirtwaist; na busca pelo direito ao voto e é assim no presente, em que só no Brasil, a cada 25 minutos uma mulher é violentada de alguma forma. Para o patriarcado somos loucas, somos putas, bruxas. Somos tudo, menos protagonistas da nossa própria história. Mas ousamos ser, e somos. Somos mulheres. Por esse motivo, ser mulher foi, é, e sempre será sinônimo de luta e resistência.

## REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2018. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-CC%27a-Pu%28blica-2018.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, v. 24, p. 401-438, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 1. Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, v. 4, (Edição original: *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard), 1970.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 23 out. 2022.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism** (PB). Routledge, 2004.



GUILLAUMIN, C. **Prática do poder e ideia de natureza**. In: Verônica Ferreira, Maria Bethânia Ávila, Jules Falquet, Maria Abreu (orgs). **Patriarcado desvendando: teorias de trêsfeministas materialistas**. Recife: SOS CORPO – 2014.

KERGOAT, Danièle. **Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux**. In: DORLIN, Elsa (Org.). **Sexe, classe, race: pour une épistémologie de la domination**. Paris: PUF, 2008.

OPAS - **Organização Pan-Americana da Saúde**. Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. Brasília (DF); 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 18 set. 2022.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Violência contra a mulher: “o pessoal é político”**. In: \_\_\_\_\_.

**Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher**. Mossoró, Edições UERN, 2008.

SAFIOTTI, Heleieth. **As origens do conceito de gênero**. In: **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Graphium Editora / Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SILVA, Maria Laís Azevedo; gestação e covid-19: o impacto da pandemia na vida das mulheres grávidas. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v2., n.4, janeiro de 2023, p. 32-45, ISSN 2764-4405.

## GESTAÇÃO E COVID-19: O IMPACTO DA PANDEMIA NA VIDA DAS MULHERES GRÁVIDAS

Pregnancy and covid-19: the impact of the pandemic on the lives of pregnant women

*Maria Laís Azevedo Silva*<sup>6</sup>

**Resumo:** A pandemia trouxe vários efeitos, um deles é o aumento das desigualdades sociais, e para as mulheres esse impacto veio desencadear outros fenômenos. A presente pesquisa busca compreender quais os impactos sociais e no âmbito da saúde ocasionados nas mulheres grávidas, durante o isolamento da pandemia da Covid-19. Esse trabalho busca entender em que contexto as mulheres grávidas nos anos 2020 e 2021 estavam inseridas, se era em suas casas ou em seus lugares de trabalho, quais os sentimentos e traumas, sejam psicológicos ou físicos, que elas carregaram decorrentes desses anos e do isolamento, onde teve como objetivo reduzir a intensidade das infecções causadas pelo vírus. Como procedimento metodológico foi realizado uma pesquisa quantitativa com aplicação de questionários voltados às mulheres que estavam grávidas entre os anos pandêmicos de 2020 e 2021, na cidade de Mossoró-RN.

**Palavras-chave:** Pandemia da Covid-19; Isolamento; Mulheres; Gestação; SUS.

**Abstract:** The pandemic has had several effects, one of which is the increase in social inequalities, and for women this impact has triggered other phenomena. The present research seeks to understand the social and health impacts caused on pregnant women during the isolation of the Covid-19 pandemic. This work seeks to understand in what context pregnant women in the years 2020 and 2021 were inserted, whether it was in their homes or in their workplaces, what feelings and traumas, whether psychological or physical, that they carried as a result of these years and the isolation, which aimed to reduce the intensity of infections caused by the virus. As a methodological procedure, a quantitative research was carried out with the application of questionnaires returning to women who were pregnant between the pandemic years of 2020 and 2021, in the city of Mossoró-RN.

**Keywords:** Pandemic the Covid-19; Isolation; Women; Pregnancy; SUS.

---

<sup>6</sup> Discente do Curso de Graduação de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

## INTRODUÇÃO

O primeiro caso confirmado de infectados pela Covid-19 no Brasil foi no dia 26 de março de 2020 (RESENDE, 2022). Logo mais, em junho o Brasil se tornou o segundo país com mais casos de infectados, chegando a ocorrer vítimas fatais do vírus. Em 2022 os casos de infectados pelo vírus chegaram a 34.771.320 e os óbitos tiveram o total de 687.423, segundo o site oficial do governo federal<sup>7</sup>. A partir disso, o país juntamente com o mundo, vivenciou a maior crise sanitária jamais vista. Dessa maneira, o país valorizou a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), que viabiliza o direito à saúde, e que deve ser universal, integral e gratuito. Mesmo estando diante de um grande desmonte e desafios que a saúde no Brasil veio sofrendo, o SUS mostrou sua importância durante a pandemia como uma política pública principal de inclusão social, com serviços gratuitos e de forma universal<sup>8</sup>.

O sars-cov-2, o vírus que causou a doença Covid-19 se mostrou, de forma inicial, como uma doença democrática, em que todos eram alvos e poderiam ser infectados (SILVA; RUIZ, 2020), porém, o que foi apresentado como resultado e índices médicos é que existe um grupo que foi mais infectado do que outros. Pressupõe-se que existiu uma desigualdade entre dois grupos sociais: um grupo que lucrava com o trabalho dos outros e outro que tinha que se arriscar para conseguir seu alimento e meio de sobrevivência (SILVA; RUIZ, 2020). O que vai provar essa desigualdade é a forma das condições de enfrentamento ao vírus, onde um grupo precisou se expor devido sua situação financeira ou trabalhista, enquanto outro grupo teve a opção de isolamento. Podemos também compreender que diante da pandemia e dessas realidades de casos e óbitos decorrentes da Covid-19 eclodiu o cenário das desigualdades sociais no Brasil.

Como consequência da realidade precária e de desigualdade, a população mais pobre ficou mais exposta ao vírus, ocasionando, segundo o estudo realizado pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimento para a Saúde (CIDACS) que a maioria dos casos de infectados e óbitos no Brasil era de pessoas negras, indígenas e pobres<sup>9</sup>. Some-se a isso o fator do

---

<sup>7</sup> Ver em: <https://covid.saude.gov.br/>.

<sup>8</sup> Ver em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus#:~:text=O%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\)%20%C3%A9%20um%20dos%20maiores,toda%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs.](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus#:~:text=O%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS)%20%C3%A9%20um%20dos%20maiores,toda%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs.)

<sup>9</sup> Ver em: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/2022/05/10/casos-e-obitos-da-covid-19-estudo-confirma-que-pessoas-negras-indigenas-e-pobres-foram-maiores-vitimas-da->

trabalho informal e precário, realidade de muitos brasileiros, que precisavam percorrer por um grande caminho, de suas casas até seus trabalhos (SANTOS; SANTOS, 2021), e para muitos foi necessário estar em ônibus ou outros transportes lotados, em feiras lotadas ou supermercados e farmácias, já que eram trabalhos ditos como “essenciais”, e outros trabalhadores que tampouco foram dispensados durante a pandemia. Posto isto, era inviável o isolamento social para as pessoas mais pobres, para os que não tinham renda, e os que habitavam lugares pequenos e cheios de pessoas, que não tinham condições de isolamento, onde então o risco de infecção era mais eminente, bem como para aqueles que precisavam se deslocar para o trabalho, e pessoas em situação de rua. Portanto, podemos enxergar que o isolamento virou um privilégio, decorrente da desigualdade e a vulnerabilidade dos mais pobres na pandemia.

Acentuamos agora um grupo também vulnerável, tanto ao cenário de desigualdades, pobreza ou trabalho, como também vítimas de outros fenômenos pandêmicos: as mulheres. O aumento significativo dos afazeres domésticos e de cuidadoras causou uma sobrecarga, somado à necessidade de se arriscar indo ao supermercado ou farmácia, nos hospitais para cuidar de familiares. Para as que eram mães ou cuidavam de crianças, veio a responsabilidade de acompanhar as aulas remotas, algumas precisaram trabalhar ou estudar em casa, e isso requeria equipamentos que muitas não tinham. Contornar essa situação e lidar com todas essas mudanças gerou uma sobrecarga de saúde, física e emocional principalmente nas mulheres.

Somado a isto, é imprescindível expor o primeiro caso de óbito decorrente da infecção do vírus da Covid-19, que foi uma mulher negra de 57 anos, que trabalhava como diarista na cidade de São Paulo em 2020<sup>10</sup>. Para ela e várias mulheres brasileiras, ficar em isolamento não era uma opção. Pesquisas apontam que domésticas e motoristas de aplicativos foram os que mais morreram por Covid-19 no Brasil. Os grupos compostos por mulheres domésticas no geral, se estimam a 90,8% e negras a 53,6% e o número de 2,4% das mortes por complicações causadas pela Covid-19, foram por mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil<sup>11</sup>. Diante disso,

---

[pandemia/#:~:text=Cidacs%20%C2%BB%20Casos%20e%20%C3%B3bitos%20da,foram%20maiores%20v%C3%ADtimas%20da%20pandemia](#)

<sup>10</sup> Ver mais em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.ghtml>.

<sup>11</sup> Ver mais em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/06/amp/12130866-domesticos-e-motoristas-de-app-veja-as-profissoes-que-mais-morrem-por-covid-19-no-brasil-saiba-os-motivos.html>.



compreendemos que as desigualdades durante a pandemia na vida das mulheres acarretaram vários problemas, inclusive nas grávidas, objeto do nosso estudo.

Um mês após a Organização Mundial de Saúde (OMS) dar a sua declaração sobre a pandemia da Covid-19, as mulheres grávidas e puérperas passaram a fazer parte e a serem classificadas como grupo de risco na pandemia (SILVA; RUSSO; NUCCI, 2021). Estudos da revista *International Journal of Gynecology and Obstetrics* informaram que no início da pandemia até 18 de junho, foram notificadas em todo o mundo o total de 160 mortes de grávidas e puérperas devido às implicações da Covid-19, dentro desses números, 124 mortes foram no Brasil. A partir desses dados é apontado de que o Brasil foi responsável por 77% das mortes mundiais (FIOCRUZ, 2020).

Já um artigo publicado em 14 de abril de 2021 na *The Lancet*, revela que na segunda onda da Covid-19 as gestantes e puérperas estão em quadros mais graves do que a primeira. Em 2020 no Brasil, 470 grávidas morreram com Covid-19, com cerca de 10 mortes por semana. E em 2021 foram 360 mortes, a média semanal de óbitos aumentou para 25 (LANCET, 2021). Uma das grandes taxas que possibilitou a mortalidade de mulheres grávidas e recém-grávidas devido às complicações da Covid-19 foi a assistência obstétrica, devido sua defasagem e por vários problemas crônicos que podem afetar os resultados maternos perinatais. A falta de políticas públicas voltadas para a saúde e recursos que supram as emergências e suas demandas gera problemas como atendimentos pré-natais de baixa qualidade, que somados a fatores como disparidades raciais e a violência obstétrica – que muitas vezes vem sendo causadas por procedimentos irregulares – vêm dificultar ainda mais o acesso aos cuidados e a saúde da mulher, que vem de forma iminente durante a pandemia. Vale ressaltar também que o Brasil é o segundo país com a maior taxa de cesariana do mundo (55.5%) perdendo apenas para República Dominicana (58.1%), resultando em aumento de risco de mortalidade pós-operatória para mulheres infectadas com o Covid-19 já que são submetidas à cirurgia<sup>12</sup>.

Diante disso, no Brasil, um dos fatores que mais foi levantado, principalmente em 2020, onde estávamos no ápice do vírus, é se as maternidades eram um lugar seguro para as mulheres terem seus filhos e para seus filhos recém-nascidos. Elas também tiveram essa preocupação, pois devido à realidade do isolamento e do Covid-19, foi retirado um dos direitos das mulheres, o de ter um acompanhante na hora do parto, com o

---

<sup>12</sup> Ver em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)00716-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)00716-9/fulltext)



motivo de reduzir a quantidade de pessoas no parto e a possibilidade de infecção do vírus. A partir disso, se destacaram duas questões: a de classe, já que algumas tinham condições de parir em casa com o acompanhamento de uma doula, de parteiras e todas as exigências que necessitam de recursos, como também o psicológico das mulheres pobres. Pois para as de classe baixa, ou as que, por problemas na gestação, precisaram de um apoio hospitalar, tiveram seus psicológicos maternos abalados, pela preocupação e medos de todas essas novas realidades.

É inevitável que durante a gravidez consequentemente junto às mudanças de hormônios e as novas alterações no corpo e na vida em si, podem ser gerados vários tipos de emoções, sejam elas favoráveis ou não. Por exemplo, ao mesmo tempo em que a mulher pode se empolgar e sentir feliz pela gestação, pode vir o medo, a depressão e a ansiedade. A mulher pode ainda sentir cansaço físico, fobias ou muitas vezes sentir o medo do parto em si, juntamente com a dor que poderá sentir no dia que parir, entre outros.

Somado a todas essas misturas de emoções e sentimentos que a mulher vive durante a gravidez, as que estiveram grávidas durante a pandemia, tiveram que encarar o medo da Covid-19 e todos os seus perigos, como também realidades que já foram aqui destacadas, do isolamento e sobrecarga de trabalhos domésticos, violências, seja por parceiros ou obstétricas e medo do parto, da dor e de se sentir só, já que estas não poderiam ter seus acompanhantes devido às restrições da pandemia.

Uma pesquisa realizada pelo Departamento de Neuropsicologia do Hospital da Universidade de São Paulo (USP) verificou que em média de 40,5% das mulheres entrevistadas, apresentaram sintomas de depressão, 34,9% de ansiedade e 37,3%, posterior a essa pesquisa, foi identificado que as mulheres foram as que mais sofreram dos impactos psicológicos decorrentes a pandemia<sup>13</sup>. Um medo das gestantes que antecedeu muitos dos mencionados acima foi o de buscar o pré-natal. O pré-natal tem como principal intuito assegurar o bem-estar, segurança-fetal e diagnosticar ou tratar uma complicação precoce, e essa assistência é dada por meio de consultas periódicas, avaliações, ultrassonografias e não só orientações, como aplicações de vacinas que são indispensáveis para a gestação. Diante disso, a partir de uma pesquisa feita pela Revista Brasileira de Epidemiologia,

---

<sup>13</sup> Ver mais em: <https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/pre-natal-psicologico-e-alternativa-para-gravidas-em-meio-a-pandemia-de-covid-19#:~:text=Das%20entrevistadas%2C%20em%20m%C3%A9dia%2C%2040,normalmente%20fazem%20parte%20desse%20processo.>

houve uma grande redução em relação nos pré-natais chegando em 65%, dentro dos dados de 5.564 municípios brasileiros<sup>14</sup>.

## MÉTODO

Esse artigo trata-se de uma pesquisa de experiências vividas, realizadas a partir de um questionário voltado às mulheres que estavam grávidas entre os anos pandêmicos de 2020 e 2021. As entrevistadas foram totalizadas por 19 mulheres, com a faixa etária entre 21 a 34 anos, da cidade de Mossoró - RN. As entrevistas foram realizadas de forma virtual, através da plataforma *Google Forms*, e também de forma manuscrita para as mulheres que não tinham em mãos um dispositivo eletrônico. As entrevistas ocorreram com anonimato das gestantes participantes, protegendo totalmente a imagem das entrevistadas.

O questionário continha perguntas com uma linguagem simplificada. Ele era composto por perguntas onde as entrevistadas poderiam escolher entre duas afirmativas “sim/não”; questões de múltipla escolha e questões subjetivas, onde as mesmas poderiam registrar suas realidades.

Contou inicialmente com perguntas voltadas a aspectos sociais, como faixa etária, etnia, estado civil, habitação, renda per capita, ocupação, direitos trabalhistas e seguro-saúde. Logo mais, vieram questões voltadas à pandemia e a saúde, como por exemplo, se foram infectadas e, em caso afirmativo, se houve apresentação de sintomas, riscos de contágio, contato com pessoas infectadas, se houve óbitos, sobre o pré-natal, parto e pós parto, e por fim, perguntas voltadas a questões psicológicas, como medo, traumas e sentimentos. O questionário ficou disponível entre os dias 21 e 26 de outubro de 2022, as visitas as Unidades Básicas de Saúde (UBS), foram no dia 24 (segunda-feira), pela manhã e tarde, pois é o dia em que são realizadas as Consultas de Crescimento e Desenvolvimento (CED) dentro das agendas da UBS. Para a análise dos dados, foi usada a própria plataforma *Google Forms*, onde a mesma oferece os dados tanto individuais, como resumidos em formas de tabelas e gráficos.

## RESULTADOS

### Dados sociodemográficos

---

<sup>14</sup> Ver mais em:

<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/XFbBvgSPLDWSD98vpcS3TRO/?lang=en#>.

Nesse primeiro momento, irei apresentar na tabela 1, questões variáveis que retratam o ponto de vista sociodemográficas, como: faixa etária, cor de pele, habitação, renda familiar, ocupação, estado civil, direitos trabalhistas e serviços de saúde.

**Tabela 1:** Amostra sociodemográfica.

Variáveis		N	%
Faixa etária	18 – 24	5	26,3
	25 – 29	8	42,1
	30 – 34	6	31,6
Cor de pele	Branca	5	26,3
	Negra	2	10,5
	Parda	11	57,9
	Amarela	1	5,3
	Indígena	0	0
Habitação	Área rural	3	15,8
	Área urbana	16	84,2
Estado Civil	Solteira	7	36,8
	Casada/ U. Estável	9	47,4
	Junta	1	5,3
	Conjugada	2	10,5
Trabalha	Sim	11	57,9
	Não	8	42,1
Renda f.	Até um salário m.	12	66,37
	Até dois salários m.	3	16,7
	Até três salários m.	3	16,7
	Até quatro salários m.	0	0
	Acima de quatro salários m.	0	0
Beneficente P. sociais	Sim	10	52,6
	Não	9	47,4
Programa	Auxilio Brasil	10	52,6
	Nenhum	9	47,4
Serviços de saúde	SUS	10	52,6
	S. particular	5	26,3
<b>Total</b>		<b>19</b>	
<b>100</b>			

Fonte: Próprio autor (2022).

Na tabela 1, é possível observar que das 19 gestantes participantes, a maioria tinha a faixa etária entre 25 e 34 anos (ou n=8 ou 41,1%). 11 (equivalente a 57,9%) das mulheres se autodeclarou parda; 16 das pesquisadas (84%) mora na área urbana; A maioria das mulheres é casada ou tem uma união instável (n= 9 ou 47,4%); 11 ou 57,9% das gestantes tinha seu meio de trabalho formal, com a renda familiar de até um salário mínimo (n= 12 ou 66,7%); e que 10 ou 52,6%, ou seja, mais da metade das mulheres eram beneficiárias do programa do Governo Federal, o Auxílio Emergencial; e por fim, a maioria das entrevistadas dependia totalmente do Sistema Único de Saúde (SUS), 14 o que equivale a 73,7%.

Esses dados mostram que a maioria das gestantes entrevistadas morava na zona urbana da cidade de Mossoró-RN; estavam em um relacionamento estável com seus companheiros, algumas tinham renda regular e própria com empregos formais, e outras eram beneficiárias do Auxílio Emergencial, e por fim, a maioria dependia unicamente do SUS, e não tinha condições de arcar com serviços de saúde particular. É importante ressaltar que esses dados são apenas resultado de 19 gestantes que foram entrevistadas na cidade de Mossoró, RN, não podendo ser generalizado para a população brasileira.

### Características voltadas à pandemia e saúde das mulheres

Durante a pandemia, 16 das entrevistadas (84,2%) não contraíram o vírus Sars-cov-2 durante a gravidez e as que 3 foram infectadas sentiram apenas sintomas mais comuns, como febre, tosse, cansaço, perda de paladar ou olfato, então, das entrevistadas 6 (60%) não precisaram ficar hospitalizadas, e nenhuma das gestantes teve complicações durante a gravidez decorrente a Covid-19.

Na tabela 2 serão apresentados dados que representam os riscos, perdas, saúde e experiências que as mulheres vivenciaram decorrente a pandemia:

**Tabela 2:** características dos riscos, perdas, saúde e pandemia das gestantes (n=19).

Variáveis	N	%
Durante os anos 2020 e 2021 você trabalhou (presencial)?	Sim	3 15,8
	Não	16 84,2
Achou arriscado para o feto?	Sim	10 50,0
	Não	2 38,9
	Não respondeu	7 11,1
Morava com seu companheiro?	Sim	5 31,3
	Não	6 37,5
	Não respondeu	5 31,3
Se sentia segura no ambiente em que estava?	Sim	4 28,6
	Não	8 57,1
	Não respondeu	2 14,3
Alguém que mora com você teve COVID-19?	Sim	10 52,6
	Não	8 42,1
	Não respondeu	1 5,3
Você teve um espaço em sua casa para ficar em isolamento?	Sim	7 36,8
	Não	8 42,1
	Não respondeu	4 21,1
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Próprio autor (2022).

Esses resultados revelam que parte das mulheres entrevistadas não precisou se arriscar trabalhando de forma presencial na empresa 16 ou 84,2%, graças a *Lei N° 14.151* que garantiu o afastamento das gestantes dos seus empregos caso não tenham sido totalmente imunizadas contra o coronavírus Sars-Cov-2, de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Saúde e pelo PNI (Plano Nacional de Imunização)<sup>15</sup>. Essa lei teve como objetivo proteger as gestantes e seus filhos de futuras infecções que poderiam ser causadas devido ao contágio com pessoas em espaços fechados. Teve um significado muito importante na vida das mulheres do Brasil, e quanto às entrevistadas, tal relevância foi notada, pois maioria (10) achou que seria arriscado ir ao trabalho durante a pandemia.

Outro aspecto apresentado na tabela 2 é se as gestantes moram com seus companheiros, considerando que a maioria afirmou ter uma união estável (tabela 1), e os dados que mostram na tabela 2 é que seis (37,5%) das mulheres entrevistadas não moravam com seus companheiros, outras moravam (N= 5 ou 31,5%) e o restante (N= 5 ou 31,5%) não respondeu essa questão.

Quanto à segurança no ambiente em que estavam, 8 entrevistadas (57,1%) afirmaram não se sentirem seguras. Importante ressaltar que apesar de o lar representar geralmente local de segurança, a realidade de algumas mulheres mostra o contrário, pois o machismo e seus impactos aumentaram, bem como o feminicídio e a violência doméstica durante o isolamento, causado pelo patriarcalismo. No Brasil, os casos de feminicídio tiveram grande aumento na pandemia. No país, foram contabilizadas 1.350 mortes por feminicídio em 2020, comparado com 2019 os números eram 0,7%, com o isolamento social, o Brasil chegou a registrar casos de feminicídio a cada 6 horas e meia<sup>16</sup>.

O próximo aspecto pesquisado é a infecção pelo coronavírus, no qual a maioria das gestantes entrevistadas 10 ou 52,6% teve alguém em sua casa que foi infectado. Entretanto, maioria das mulheres – sete, ou 36,8% – não tinha um espaço em sua residência para manter-se isolada. Isso reflete muito a realidade de brasileiros no geral, pois no Brasil mais de 11 milhões da população moram em casas ou lugares superlotados, impossibilitando as regras de combate a infecção do coronavírus criado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que foi o isolamento social<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> Ver em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14151.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14151.htm)

<sup>16</sup> Ver em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-isolamento-social-brasil-registra-um-femicidio-a-cada-6-horas-e-meia/>

<sup>17</sup> Ver em: <https://www.otempo.com.br/brasil/mais-de-11-milhoes-no-brasil-moram-em-casas-superlotadas-1.2317766>



## Aspectos como gestação e sentimentos decorrentes a pandemia da covid-19

A partir dos dados coletados, a maioria das mulheres entrevistadas apontou não desejar ter filhos; houve um empate das mulheres que marcou opção de que queria esperar mais (N= 7 ou 41,2%); e 7 não queriam mais ter filhos (41,2%); e 1 ou 5,9% assinalou que foi por falta de cuidados preventivos. Apenas 2 (11,8%) queria engravidar no momento. Esses dados reforçam o medo que as mulheres sentiam naquele momento. Na tabela 3 será possível visualizar os dados referentes a gestação das mulheres entrevistadas:

**Tabela 3:** características da gestação, parto e pós-parto durante pandemia.

Variáveis	N	%
Você conseguiu assistência médica durante a pandemia? medo	Sim	11 57,9
	Não	5 26,3
	Talvez	1 5,3
	Não procurou por	2 10,5
Em que serviço(s) você se consultou?	SUS	14 73,7
	Serviços particular	5 26,3
Parto	Normal	7 36,8
	Cesárea	12 63,2
Teve complicações na gravidez	Sim	4 21,1
	Não	15 78,9
Teve complicações no parto	Sim	2 10,5
	Não	17 89,5
Teve complicações pós-parto	Sim	5 26,3
	Não	14 73,7
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Próprio autor (2022).

Diante dos dados acima, é possível perceber que a grande maioria (N= 11 ou 57,9%) das mulheres conseguiu assistência médica durante a pandemia, e 14 ou 73,7% foi por meio do SUS. Vale pontuar que durante a pandemia houve uma grande redução nas procuras por assistências pré-natais em todo o Brasil. Doze entrevistadas (63,2%) informaram que o parto foi cesáreo, isso reflete os dados apontados no início do artigo, sobre o alto percentual de cesáreas do, chegando a 55%. Considerando os dados no sistema privado, chegam a 86%<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Ver em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1967-no-brasil-das-cesareas-a-falta-de-autonomia-da-mulher-sobre-o-parto-e-historica.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20aproximadamente%2055%25%20dos,a%20por%20C3%A7%C3%A3o%20pula%20para%2086%25.>

Identificamos que a maioria das mulheres entrevistadas (78,9%) não teve complicações durante a gravidez, no parto (N=17 ou 89,5%); e no pós-parto 14 ou 73,7%. Porém, é necessário que existam mais políticas de saúde voltadas às mulheres grávidas e puérperas, para que diminuam os casos de complicações, pois essa porcentagem da presente pesquisa representa uma pequena quantidade diante muitas vítimas na realidade do Brasil. O país somou em 2020, 470 casos de grávidas que morreram com COVID-19, em cerca de 10 mortes por semana, número que aumentou para 25 em 2021, totalizando 360 óbitos (LANCET, 2021).

Na tabela a seguir veremos os fatores emocionais e psicológicos acarretados em decorrência da pandemia na vida das pesquisadas:

**Tabela 4:** fenômenos emocionais e mentais decorrentes ao isolamento e a pandemia durante a gestação.

Como se sentiu com o isolamento e a pandemia? (N=17)
"Apreensiva"
"Super ansiosa, depressiva e com medo"
"Sozinha"
"Péssima, foi horrível esse período de isolamento"
"Diferente"
"Psicologicamente muito abalada, pois tinha medo de infectar outras pessoas do meu convívio."
"Com medo"
"Presa"
"Medo de perder minha vida e dos meus filhos"
"Agoniada e ansiosa"
"Horrível"
"Medo de perder a vida do meu filho"

Fonte: Próprio Autor (2022).

De acordo com a tabela acima, onde as perguntas foram subjetivas com o intuito de que as entrevistadas pudessem expor seus sentimentos e apreensões, é possível perceber a constância dos termos *medo* e *ansiedade*. Medo de morrer, de perder os filhos, presa. Sabemos que no período gestacional há várias mudanças no corpo, facilitando a possibilidade de adquirirem problemas psicológicos ou emocionais. Como já foi levantado, de acordo com uma pesquisa da USP, durante a pandemia, 40,5% das mulheres apresentaram sintomas de depressão, 34,9% de ansiedade e posterior a essa pesquisa foi identificado que as elas foram as que mais sofreram impactos psicológicos decorrentes da pandemia<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Ver em: <https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/pre-natal-psicologico-e-alternativa-para-gravidas-em-meio-a-pandemia-de-covid->

Essa mudança de realidade retrata esse medo, que prejudicou diretamente a vida das mulheres, e ocasionou ainda o receio de muitas delas em tomar a vacina contra Covid-19. Dentro das questões do questionário, das 19 gestantes, 7 ou 36,8% não tomou o imunizante devido ao sentimento de medo. Porém, segundo as fontes de Observatório Obstétrico Brasileiro Covid-19 Vacinação (OOBr Vacinação), analisou que em 2021, 15% das gestantes que vieram a óbito não tomaram a vacina e esses números diminuíram, justamente após o grupo de vacinas com a primeira dose crescer (ARCO, 2022). Por isso é importante que o Governo Federal, juntamente com os órgãos estaduais e municipais, criem esforços nas campanhas de vacinação, para que deixe a população no geral, e as mulheres, devidamente informadas para que facilite a vacinação e acabem o preconceito que gera o medo das imunizações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada por um questionário voltado às mulheres que estavam grávidas entre os anos pandêmicos de 2020 e 2021. Em consideração a isso, buscamos compreender quais foram os fatores mais impactantes ocasionados na vida dessas mulheres durante o isolamento na pandemia, decorrente da Covid-19. Sabemos que a pandemia trouxe vários efeitos, um deles é o aumento das desigualdades sociais, e para as mulheres esse impacto veio corroborar outros fenômenos já existentes, como o machismo, o que incide diretamente sobre a saúde mental destas.

Não foi apenas o coronavírus que trouxe problemas na vida das mulheres gestantes e puérperas. Considerando os resultados, mesmo não tendo alcançado maior número de gestantes na cidade, é notório o quanto a situação das gestantes e puérperas geram várias carências, por falta de assistencialismo, de políticas de saúde, apoio e recursos, seja no âmbito de políticas federais, estaduais e municipais, como também as consequências de um sistema patriarcal, que ao mesmo tempo que impõe regras aos nossos corpos e vidas, ele reprime.

De acordo com os dados, notamos que a maioria mulheres gestantes e puérperas estão sempre presentes nas UBS, durante e depois da gestação, portanto acreditamos que seria importante investir, além da assistência médica necessária, também em assistências e acompanhamentos psicológicos, palestras e serviços sociais comunitários de forma regional, para que também a partir desses meios, possa servir como meio de combate aos impactos causados pela Covid-19. Para isto, seria interessante que

---

[19#:~:text=Das%20entrevistadas%2C%20em%20m%C3%A9dia%2C%2040,normalmente%20fazem%20parte%20desse%20processo.](#)

questões como essas sejam levantadas em assembleias legislativas, sejam federais, estaduais ou municipais, para que novas leis e programas voltados às gestantes e puérperas tornem em vigor e possa mudar de verdade a vida das mulheres por meio de políticas de saúde e assistencialismo.

Referente a isso, trazemos a filósofa francesa e feminista Simone Beauvoir, quando escreveu a seguinte frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949), Beauvoir ia contra a ideia de que as limitações que eram colocadas para as mulheres eram decorrentes a sua natureza. Muitas vezes essa natureza criada pelo sistema patriarcal, não apenas nos limita como mulheres, mas restringe nossos direitos.

## REFERÊNCIAS

ARRAIS, Alessandra *et al.* Impacto psicológico da pandemia em gestantes e puérperas brasileiras. **Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2021.

As mulheres grávidas foram mais afetadas pelo COVID-19 na segunda onda da pandemia?. **LANCET**, 2021. Disponível em: <

.

RESENDE, Rodrigo. Dois anos do primeiro caso de coronavírus no Brasil. **Rádio Senado**, 2022. Disponível em: <  
<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/02/23/dois-anos-do-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil> >. Acesso em: 03, outubro de 2022.

SANTOS, Francisca Kananda Lustosa dos; SANTOS, Keurelene Campelo. Impactos da pandemia Covid-19 na vida das mulheres e a falha nas políticas públicas. **Revista Espaço Acadêmico**. N° 230, 2021.

SILVA, Welison Matheus Fontes da; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com projeto neoliberal. **Revista de Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, 2020.

SCHINCARIOL, Isabela. Grávidas e puérperas brasileiras são as que mais morrem por coronavírus. **FIOCRUZ**, 2020. Disponível em: <  
<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/gestantes-puerperas-morrem-por-coronavirus-no-brasil/>> Acesso em: 24 de outubro de 2021.

THE TRAGEDY OF COVID-19 IN BRASIL: 124 MATERNAL DEATHS AND COUTING. **WILEY**, 2020. Disponível em:

<<https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/ijgo.13300>>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

A VACINAÇÃO DE GESTANTES CONTRA COVID É SEGURA? Revista Arco, 2022. Disponível em: < <https://www.ufsm.br/midias/arco/vacinacao-gestantes-covid-e-segura/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Observat%C3%B3rio%20Obst%C3%A9trico,eram%20vacinadas%20vieram%20a%20%C3%B3bito> >

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo – Fatos e mitos; tradução de Sérgio Millet. 4ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.



SILVEIRA, Elany Lorrane Medeiros da; SILVA, Gianna Grasiela Maia da. Uma análise sobre a identificação partidária de eleitoras filiadas ao partido dos trabalhadores no Rio Grande do Norte entre 2010 e 2020. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v2., n.4, julho/dezembro de 2022, p. 36-55, ISSN 2764-4405.

## UMA ANÁLISE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA DE ELEITORAS FILIADAS AO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO NORTE ENTRE 2010 E 2020

*Elany Lorrane Medeiros da Silveira*

*Gianna Grasiela Maia da Silva*

**RESUMO:** A seguinte pesquisa tem por objetivo analisar os dados de filiação partidária de mulheres entre 18 e superior a 79 anos para compreender como se dá a participação política destas em um dos maiores partidos políticos do Brasil, através das filiações, entre 2010 a 2020, partindo da eleição da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), analisando os meses de presidência interina de Michel Temer (MDB), até as eleições municipais de 2020. Selecionando como a filiação partidária dessas eleitoras reage à eleição da primeira presidente do país, à sua deposição do cargo e o impacto nas eleições que sucedem esses acontecimentos, referindo-se ao recorte territorial do estado do Rio Grande do Norte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação Política; Filiação, Eleitoras; Identificação Partidária; Partidarismo.

**ABSTRACT:** The following research aims to analyze party affiliation data of women between 18 and over 79 years of age to understand how these women political participation in one of the largest political parties in Brazil takes place, through affiliations, between 2010 and 2020, starting from election of the first woman president of Brazil, Dilma Rousseff, of the Workers' Party (PT), analyzing the months of interim presidency of Michel Temer (MDB), until the municipal elections of 2020, selecting then and how the party affiliation of these voters reacts to the election of the first woman president of the country, her deposition from office and the impact on the elections that follow these events, referring to the territorial area of the state of Rio Grande do Norte.

**KEYWORDS:** Political Participation; Affiliation, Voters; Party Identification; Partisanship.

### INTRODUÇÃO

Speck (2013) afirma que dentro do campo das pesquisas sobre os partidos políticos no Brasil, especificamente após a volta ao multipartidarismo em 1980, a filiação partidária não chamou muita atenção dos cientistas políticos e, por conseguinte, constata também que há uma ausência de estudos sobre filiação partidária no país. Tendo em vista que uma das funções clássicas dos partidos políticos é indicar candidatos para os postos políticos (NORRIS, 2013) a filiação tem uma grande relevância no sistema eleitoral, já que é necessário ser filiado a um partido para se candidatar e se eleger em alguns cargos políticos.

Neste contexto, associamos a filiação a manifestações do ativismo político em organizações partidárias que compreendem o engajamento político, bem como outras atividades de mobilização, de modo a compreender comportamentos e atitudes dos ativistas simpatizantes dos partidos, a filiação se destaca, devido sua formalização e a regularidade do compromisso assumido com o partido. Dessa forma, a identidade partidária é intrinsecamente ligada à filiação, sendo “o produto da socialização política e representaria um conjunto de predisposições políticas e atitudes básicas frente a partidos políticos que se mostrariam resistentes influências conjunturais.” (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015)

Dessa maneira, o processo de filiação se apresenta como demasiado importante para o acesso aos partidos, o que nos faz pensar em sua inclusão a mulheres nesse processo, considerando que os seus direitos eleitorais foram direitos conquistados e o ambiente político, historicamente e socialmente, negligenciaram sua participação. Álvares (2014) mostra a exclusão das mulheres em eleições desde o período colonial, imperial e republicano, não somente no que tange a impossibilidade de a mulher ser eleita ou candidata, mas também de ter direito ao voto. No cenário atual, as mulheres compreendem o maior número do eleitorado, sendo este 52% e as mulheres nas faixas etárias entre 45 e 49, porém, apenas 45% das mulheres são filiadas em algum partido<sup>20</sup>.

Dito isto, o presente artigo analisa a identificação partidária das eleitoras filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) no estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 2010 e 2020. A análise de um partido único se dá pela relevância histórica eleitoral do PT para com a temática de participação feminina no Brasil, pois elegeu a primeira e até então única presidenta do país em 2010, Dilma Rousseff. Além disso, o Partido dos Trabalhadores detém o segundo maior número de filiados no Brasil, ficando atrás apenas do MDB.

---

<sup>20</sup> TSE. Estatísticas de filiados a partidos revela baixa participação feminina e de jovens na política. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Junho/estatisticas-de-filiados-a-partidos-revela-baixa-participacao-feminina-e-de-jovens-na-politica>> Acesso em: 2 de maio de 2022.

Ademais, o Rio Grande do Norte como estado também figura sua importância histórica eleitoral no Brasil, sendo no Estado o primeiro voto feminino no Brasil de Celina Guimarães em 1928 e a primeira prefeita eleita no país em 1929. O pioneirismo ainda continua, sendo o estado em questão o único que possui uma mulher como governadora, filiada ao PT. Com isso, a participação política de eleitoras filiadas no Brasil se relaciona estritamente com a identificação partidária, temos o objetivo de analisar como a identificação partidária, ou a sua lacuna, se mostra diretamente ligada à participação política de mulheres no partido político onde essas são eleitoras filiadas, e como o partido age em relação à filiação de mulheres. Os dados utilizados para o desenvolvimento e discussão do artigo foram retirados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Para Álvares (2014), a formação do eleitorado na democracia brasileira tem suas especificidades quando se trata das mulheres brasileiras e dos obstáculos impostos à participação política e restrições ao voto feminino.

Uma questão a ser colocada é que a democracia representativa brasileira se fortalece na medida em que os direitos políticos são institucionalizados. Nesse contexto, Álvares (2014) fala sobre como o regime democrático em seu início configura a desigualdade de gênero que fortalece as estruturas patriarcais do comportamento político justificando-se através de “uma condição feminina diferenciada da masculina”, que seria o mandar e o obedecer, respectivamente, como atividade masculina e feminina, “numa série de regras baseadas na dominância masculina e sua hegemonia no processo de desenvolvimento da elaboração das instituições patriarcais e mais a frente, democráticas.” (LERNER, 1986)

Esse é um ponto importante a ser destacado, pois a política brasileira, embora com ampla presença do liberalismo que afirma ser igualitário, próprio da democracia, é alicerçada na cultura patriarcal e colonialista, e dessa forma, o campo político para as mulheres consiste em um lugar de estranhamento e os espaços públicos são sub-representados para a categoria em questão, se tornando grandes desafios, com obstáculos sociais que reduzem o ser “mulher” a uma figura do âmbito privado e não público, dicotomizando o público-privado em masculino e feminino, como aponta Bourdieu (1998).

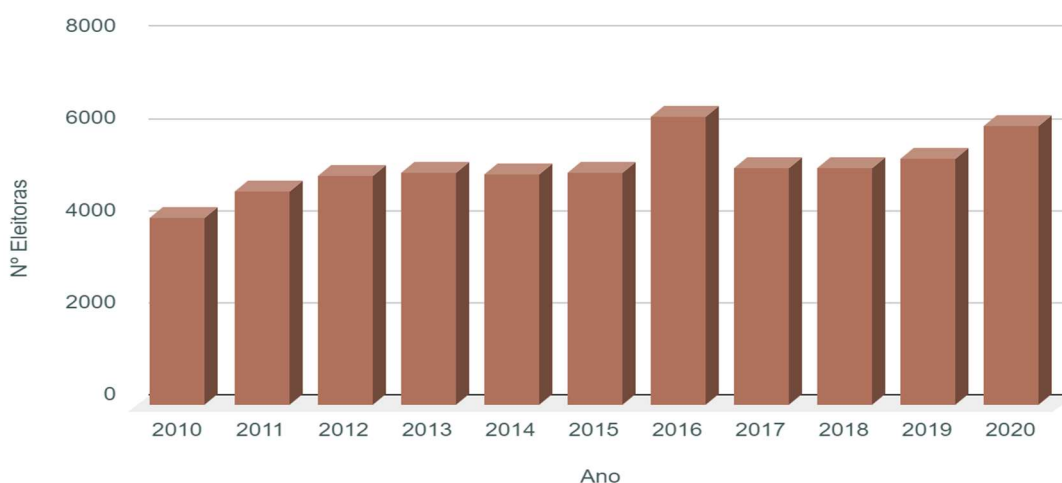
Assim, ao analisar o número de candidaturas femininas e de mulheres que participam da atividade política através de partidos políticos, nota-se que durante períodos onde mulheres eleitas, em destaque à primeira presidenta do país na época, sofrem violência política de gênero, menos

mulheres se filiam ao partido em questão. A diminuição de eleitoras filiadas ao Partido dos Trabalhadores, que se deu em 2017, presente na Figura 1, é uma questão-chave que leva a pensar sobre a participação política de mulheres frente à exposição da vida privada da presidenta e da violência política de gênero sofrida por Dilma Rousseff durante seus mandatos. Então, não se pode dizer que a identificação partidária diminui frente à violência política de gênero, mas a participação da categoria mulher nos partidos políticos é barrada por essa violência sistêmica e estrutural.

Impedir uma mulher de exercer o seu direito político de votar e ser votada por meio de agressões psicológicas, sexuais ou físicas tem nome: violência política de gênero. E vale desfazer uma confusão comum: violência de gênero não se trata apenas de um ataque a alguém de um gênero específico, mas sim de um ataque motivado pelas expectativas sobre o papel que a vítima deveria empenhar na sociedade. Em geral, no caso da violência contra a mulher, seus algozes acreditam que ela não deveria ocupar outro lugar que não o da submissão”. (INSTITUTO UPDATE, 2020, p. 52)

Gráfico 1 - Número de eleitoras elegíveis filiadas ao PT em 10 anos

Número de eleitoras elegíveis filiadas ao PT em 10 anos



Fonte: autoria própria das autoras com dados disponíveis no TSE.2022.

A violência política de gênero direcionada à Dilma Rousseff (PT), mais agravada em seu segundo mandato, foi um processo construído através de deslegitimação de suas competências enquanto mulher em cargo público, na qual, por seu gênero, passa a ser vista como errante, não podendo exprimir liberdade e comando, apenas sujeição e obediência; essa violência política de gênero, então, seria “necessária para manter um *status quo*” que se restabelece sob um discurso de salvar a nação do mal, da “ideologia de gênero”, com um objetivo de difusão de uma feminilidade que perpetue a “profundidade da relação *dominação-exploração* da categoria mulheres pela dos homens, na qual a natureza do patriarcado continue a mesma” intocável. (SAFFIOTI, 2004, p.114).



A ocupação feminina dos espaços políticos é atravessada por questões próprias da sociedade brasileira quanto à sua formação e constituição de uma cultura política paternalista, tornando sub-representadas a participação e ocupação de mulheres nos partidos políticos menores, mesmo em partidos onde haja uma significativa representação e identificação partidária.

Marcello Baquero (1998) coloca que os partidos políticos sempre foram considerados instrumentos essenciais para o funcionamento e manutenção da democracia representativa e vistos como elemento estabilizador das sociedades em processos de mudança, sendo o papel dos partidos políticos o de intermediar a relação entre o Estado e a sociedade, porém coloca também que:

Embora o processo da democracia como única alternativa de organização política seja consensual, isso não tem implicado no surgimento de instituições efetivas de intermediação ou representação política. Pelo contrário, está claro que os partidos políticos se encontram em crise. Obviamente que a consolidação democrática não depende unicamente da existência de partidos ou um sistema partidário institucionalizado e forte. O desempenho econômico, a cultura política, os padrões de desenvolvimento histórico, a intensidade das desigualdades econômicas e sociais, bem como a dependência externa num contexto de globalização, são algumas das variáveis relevantes em qualquer análise de construção democrática." (BAQUERO, 1998; p. 1.)

Dessa forma, cabe pensar como a identificação partidária feminina pode acontecer se os partidos políticos estão em crise e como as mulheres podem decidir se colocar num espaço em crise se os problemas da desigualdade de gênero já tomam tanto espaço na vida política de quem está inserida nesse espaço. Para Saffioti (2004), as desigualdades constituem fontes de conflitos, e mesmos entre as mulheres, socializadas na ordem patriarcal de gênero, existe uma pequena proporção de mulheres entre as que não portam as ideologias dominantes de gênero, então poucas mulheres questionam as violências geradas pelas desigualdades da distribuição das estruturas de poder, e afirma que "o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades", e ainda coloca que "a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas". (SAFFIOTI, 2004, p. 113-121).

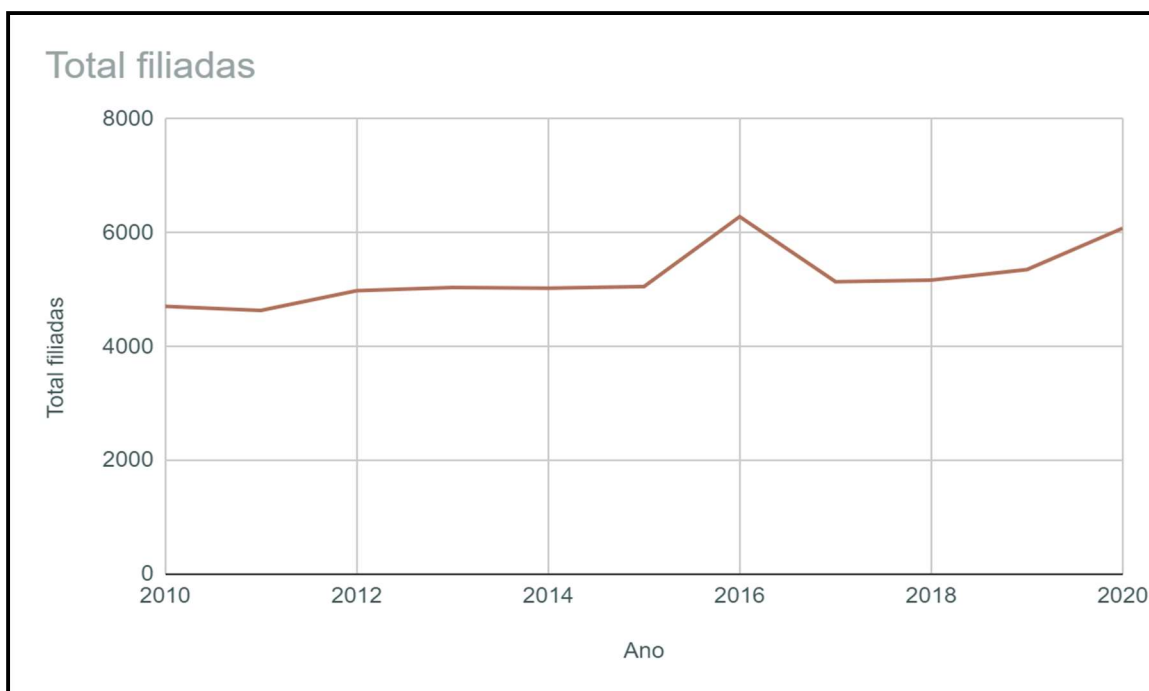
Em 2013, a Câmara dos Deputados lançou uma campanha com o objetivo de estimular a filiação de mulheres em partidos a campanha também atingiu alcance nas redes sociais, um espaço composto majoritariamente por jovens. O lema da campanha era "Mulher, tome partido. Filie-se" e tinha uma meta de aumentar em 20% o número de



mulheres filiadas. Como podemos ver no gráfico 1, houve um aumento no número de filiadas ao PT no Rio Grande do Norte, mas um aumento pequeno, e no ano seguinte em 2014 houve também uma pequena diminuição. Importante destacar que esse foi o ano pré-eleição, e onde tivemos as manifestações de junho de 2013 em que Scherer-Warren (2014) afirma que as manifestações expressaram um antagonismo político. Ou seja, um momento instável no país.

Na reforma eleitoral de 2015, através da lei 13.165/2015 ou lei de Participação Feminina na Política, o TSE passa a promover campanhas para o incentivo à participação feminina na política. Na Assembleia Legislativa do estado, a campanha foi lançada por autoria de Fátima Bezerra (PT), até o momento era senadora, e Zenaide Maia (PR). No ano de 2015 até dezembro de 2016, o número de filiadas ao PT teve seu maior crescimento durante todo o período destacado no artigo, como podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Total de filiadas ao PT no estado nos anos de 2010 e 2020



Fonte: autoria própria das autoras com dados disponíveis no TSE. 2022.

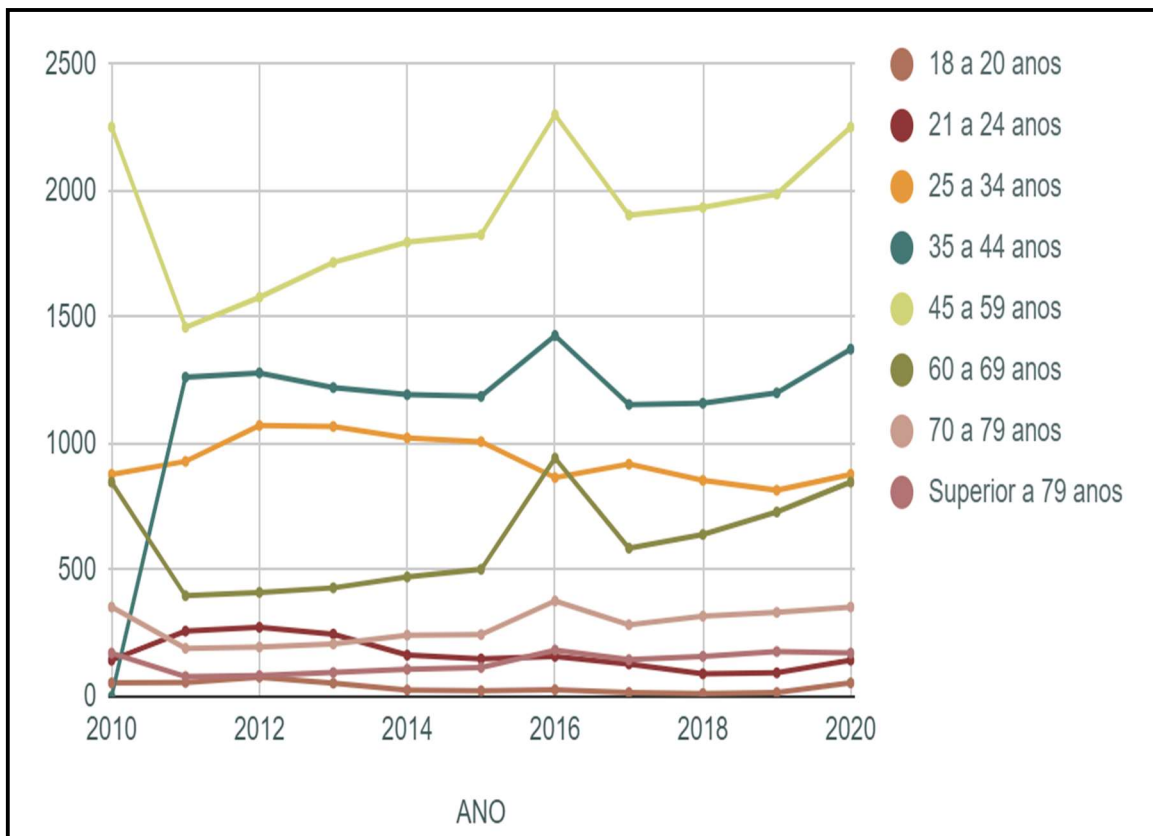
O ano de 2016 compreende o ano do impeachment e posteriormente confirmado a deposição da presidente Dilma. Como aponta o gráfico no ano de 2017 houve também uma diminuição no número de filiadas. Esse processo foi bastante discutido pelo seu caráter misógino, como constata Maluf (2018), que atingiu a relação conflituosa sobre a mulher em espaços políticos, reproduzindo e reforçando uma moralidade hierárquica de gênero. Sobre isso, a autora assinala:

A misoginia, como dispositivo de reprodução de hierarquias sociais e de gênero e de exclusão das mulheres dos espaços de poder, não

apareceu na política em 2016. Ela sempre esteve presente nos discursos e nas práticas políticas e no espaço público brasileiros e em momentos cruciais para a vida política se fez mais presente, sempre a serviço de deslegitimar e desautorizar a ocupação de espaços de poder e de fala pelas mulheres e de impedir o fortalecimento e a viabilização de suas demandas específicas.” (MALUF, 2018, p. 6)

Ao observar o Gráfico 3, nota-se um grande número de eleitoras elegíveis filiadas entre 45 e 59 anos de idade nos dez anos analisados, e um número menor de eleitoras elegíveis filiadas entre 18 e 20 anos, o que pode significar que a identificação partidária do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte acaba por ter mais espaço para mulheres de meia idade, com o pico de filiações nesta categoria bem acima em todos os anos analisados.

Gráfico 3 - Representação de filiadas por idade nos anos de 2010 e 2020 ao PT no estado



Fonte: Dados coletados no TSE. 2022.

Assim, compreende-se que a identificação partidária das mulheres jovens é menor em comparação a das mulheres mais velhas e que o partido consegue mobilizar pouco em direção à filiação de jovens, que não chegam nem mesmo a 80 filiações anuais entre 2010 e 2020.

O PT ainda hoje possui uma representatividade feminina na política concreta, especialmente no Rio Grande do Norte. O fato que mulheres jovens não estarem se filiando ou engajadas nesse processo é demasiado interessante, visto que jovens foram a maioria responsável pelas

manifestações de 2013, principalmente nas redes sociais e mídias sociais em geral, contudo, isso pode se dar pelo motivo de que a redes sociais “nunca possibilitam o aprofundamento do debate político, ainda que, em algumas situações, é no interior de sub-redes que interagem com outras sub-redes que mensagens conflitivas aquecem o debate.” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 4).

## CONCLUSÃO

Chega-se à conclusão de que a identificação partidária de eleitoras filiadas ao Partido dos Trabalhadores no estado do Rio Grande do Norte entre 2010 e 2020 segue um padrão em ascensão entre mulheres dos 45 aos 59 anos de idade para o recorte temporal do artigo. É notável que o índice de filiações de mulheres mais jovens é baixo, o que leva ao pouco engajamento na participação política partidária no Rio Grande do Norte no que se refere ao PT. Este baixo índice pode ser compreendido como um fator preocupante para o partido em questão, já que “o sistema eleitoral e o partidário estão entre as mais importantes instituições para o desempenho da participação política democrática” (ÁLVARES, 2014, p. 123).

No trabalho sobre filiação e identidade partidária no Brasil, Speck, Braga e Costa (2015) encontraram que as mulheres são as menos filiadas elas se sentem menos próximas e manifestam menos empatia com as organizações partidárias. A partir dos dados dos gráficos trazidos neste artigo, é possível determinar que, apesar da diminuição e pouco aumento no número de filiadas, o Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte mantém uma base eleitoral nessas mulheres, a instabilidade não é drástica e houve um aumento nos anos de 2019 a 2020. Logo, há uma base de mulheres filiadas no PT apontam uma identidade partidária com o partido.

Dessa maneira, a participação do partido em campanhas de filiação partidária de mulheres no estado não apresenta expressividade, podendo ser uma demonstração de interesse em outras pautas que não está. Além disso, podemos explicar como a situação do partido em espaço nacional interfere na filiação, onde em dois anos com o país em instabilidade política, as manifestações em 2013 e o impeachment em 2016, ocorreu uma diminuição no número de filiadas no estado.

A análise aqui proposta considerou a idade das eleitoras filiadas, com recorte de eleitoras com idade para serem elegíveis, nos mais recentes dez anos da política nacional. Considerou o impacto do dado geracional sobre a representação e identificação partidária no âmbito estadual, incluindo o período de protestos contrários a presidenta à época e o da a campanha de filiação partidária que aconteceu entre 2015 e 2016. Por fim, conclui-se que a

presença de mulheres no PT não determina o nível de identificação partidária dessa categoria, e sim que a sua participação partidária através da filiação se torna cada vez em menor escala quando se faz o recorte de faixa etária.

## NOTAS

<sup>1</sup> **Tribunal Superior Eleitoral.** Estatísticas de filiados a partidos revela baixa participação feminina e de jovens na política. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Junho/estatisticas-de-filiados-a-partidos-revela-baixa-participacao-feminina-e-de-jovens-na-politica>> Acesso em: 2 de maio de 2022.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira - quem vota? Quem se candidata? **Cadernos Pagu** (43), julho-dezembro de 2014:119-167.

BAQUERO, Marcello. *Identificação partidária e comportamento eleitoral.* ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, v. 36, 2012.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens;** tradução Luiza Sellera - São Paulo: Cultrix, 2019.

INSTITUTO UPDATE. **Eleitas: mulheres na política.** 2020. Disponível em: <https://www.institutoupdate.org.br/eleitas/>. Acesso em 02 maio 2022.

MALUF, S. W. O golpe de 2016, as mulheres e o futuro da democracia: neoliberalismo, desigualdade e misoginia. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 45, p. 140–158, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n45.59101. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/59101>. Acesso em: 2 maio. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência/** Heleieth Lara Bongiovani Saffioti - 2.ed - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Gms8JdT866XVMzqKLHYJSrB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 de maio de 2022.

SPECK, Bruno Wilhelm. Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. **Cadernos Adenauer XIV** (2013) N° 2.

SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. Estudo exploratório de filiação e identificação partidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política** 23(56): 125-148. Dez, 2015.

Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas do eleitorado. **Eleitores filiados por sexo e faixa etária.** Disponível em:

<<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitores-filiados-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em: 30 abr. 2022.



FERREIRA, Vanderlânia Crislany da Silva. Vereadoras de Mossoró: um comparativo entre as eleições de 2016 e 2020. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v2., n.4, julho/dezembro de 2022, p. 56-69, ISSN 2764-4405.

## VEREADORAS DE MOSSORÓ: UM COMPARATIVO ENTRE AS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020

*Vanderlânia Crislany da Silva Ferreira*<sup>21</sup>

**RESUMO:** Este artigo recupera debate sobre a representação política de mulheres no município de Mossoró/RN que disputaram a eleição de 2016 e 2020 para os cargos de vereadoras e realiza um comparativo das candidaturas nos referidos anos, observando a obrigatoriedade e cumprimento das cotas pelos partidos e a efetividade destas candidaturas. Parte-se da hipótese de que a sub-representação se apresenta de maneira contumaz nas candidaturas femininas (ALZIRAS, 2018; CARVALHO & YASUDA, 2017), porquanto, quando avaliamos a baixa participação de mulheres em cargos políticos, estamos olhando para uma história de marginalização e exclusão dos grupos de influência política (YOUNG, 2006). A desigualdade persiste, porque ainda é muito difícil promover estratégias eficazes que garantam que estas mulheres possam dedicar-se às suas carreiras e a demandas familiares; e porque também é muito difícil modificar a própria estrutura que se solidificou no país no que se refere às disputas eleitorais (MIGUEL, 2014). Para a realização do estudo, recortou-se bibliograficamente na literatura artigos científicos e estudos que tratem da temática no Brasil. Realizou-se levantamento de dados através do site oficial do TSE que registra as candidaturas a vereadoras das mulheres na eleição de 2016 e 2020. Tabulou-se os dados em planilha Excel traçando comparativos para compreender se houve mudanças e efetividade de uma eleição para outra, observando também se há maior percentil de candidatas eleitas, se os partidos cumpriram as cotas e quais deles fizeram os repasses as candidatas. Os dados apontam que, no ano de 2016, a cidade de Mossoró consolidou 5 cadeiras na Câmara Municipal, dentre os mais de vinte lugares, para mulheres; e em 2020, esse número caiu para 3, reforçando a sub-representação. Estudos como este remam na direção da inserção, participação e transformação política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Candidaturas feminina. Vereadoras. Mossoró. Sub-representação. Política.

**ABSTRACT:** This article will focus on the debate on the political representation of women in the municipality of Mossoró/RN who competed

---

<sup>21</sup> Graduanda em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); e-mail: vanderlaniasferreira@gmail.com.

in the 2016 and 2020 elections for the positions of councilors and carry out a comparison of the candidacies in those years, observing the mandatory and fulfillment with quotas by the parties and the effectiveness of these candidacies. It starts from the hypothesis that underrepresentation is persistently present in female candidacies (ALZIRAS, 2018, CARVALHO & YASUDA, 2017), because, when we rate the low participation of women in political positions, we are looking at a history of marginalization and exclusion of politically influential groups (YOUNG, 2006). Inequality persists because it is still very difficult to promote effective strategies that guarantee that these women can dedicate themselves to their careers, family demands, and the very structure that has solidified in the country about electoral disputes (MIGUEL, 2014). To accomplish the study, scientific articles and studies dealing with the subject in Brazil were bibliographically cut in the literature, and data collection was carried out through the official website of the TSE, which records the candidacies for women councilors in the 2016 and 2020 elections and making comparisons to understand if there were changes and effectiveness from one election to another, also observing if there is a higher percentile of elected candidates if the parties fulfilled the quotas and which of them made the transfers to the candidates. The data show that in 2016, the city of Mossoró consolidated 5 seats in the City Council, among the more than twenty seats, for women, and in 2020, this number dropped to 3, reinforcing the representation. Studies such as this one paddle in the direction of insertion, participation, and political transformation.

**KEYWORDS:** Female candidates. Councilors. Mossoró. Under-representation. Politics.

## INTRODUÇÃO

A sub-representação feminina na política é uma aterradora realidade, principalmente no Brasil que, no estudo mais recente, se figurou em 143º lugar dentre os países listados no ranking de representação feminina mensal realizado pela União Interparlamentar (IPU, 2021). Foi a partir deste fato que surgiram mudanças na legislação que pudessem encorajar a participação de mulheres na política, como as cotas mínimas, que exigem que cada partido submeta ao menos 30% de candidaturas femininas (Lei 9504/1997).

Outra tentativa legal de incentivar a participação feminina foi feita em 2018, quando o plenário do Tribunal Superior Eleitoral – TSE declarou que os partidos deveriam reservar também 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para financiar as campanhas de candidaturas femininas. A mesma norma foi utilizada no tempo de propaganda eleitoral gratuita (TSE, 2018)<sup>22</sup>. As ações de incentivo existem, mas não são o bastante

---

<sup>22</sup> <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/fundo-eleitoral-e-tempo-de-radio-e-tv-devem-reservar-o-minimo-de-30-para-candidaturas-femininas-afirma-tse>. Acesso em 26/10/2022.

para, de fato, levarem um número expressivo de mulheres a ocuparem espaços institucionalizados na política.

Em 2016, por exemplo, houve 153.312 candidaturas femininas para o cargo de vereadoras, mas apenas 7.815 mulheres foram realmente eleitas em todo o país, correspondendo à 5%. Em 2020, foram 180.220 para um total de 9.155 – mesmo com um aumento de mais de mil mulheres eleitas, apenas 5% novamente. A diferença segue gritante entre homens e mulheres, já que, apenas em 2020, foram eleitos quase cinquenta mil vereadores homens.

No ano de 2016, a cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte deu 5 cadeiras na Câmara Municipal, dentre os mais de vinte lugares, para mulheres. Mas em 2020, esse número caiu para 3. Diante do exposto, este artigo<sup>23</sup> visa se debruçar sobre as candidatas eleitas a vereadoras de Mossoró, traçando um comparativo entre as eleições de 2016 e 2020, observando quais partidos cumpriram as cotas mínimas e se houve o cumprimento do repasse com as mudanças nas regras eleitorais.

Para a realização desta pesquisa, foi feito um levantamento a partir do banco de dados disponibilizados no TSE, para as eleições de 2016 e 2020, onde se coletou informações sobre candidaturas, financiamento, partidos e normativas para as eleições. A análise de dados foi organizada mediante estatística descritiva simples, com a produção de gráficos e quadros comparativos para melhor disposição dos dados. Esse trabalho visa identificar possíveis motivos para a diminuição da – já pequena – representação feminina na cidade potiguar e perceber semelhanças e relações entre os grupos de mulheres que conseguiram se eleger.

## **AVANÇOS E ENTRAVES DA REPRESENTAÇÃO FEMININA EM ASSENTOS LEGISLATIVOS**

Um feito, uma mulher chega à presidência do país. Em 2010, Dilma Roussef (PT) protagonizou esta conquista, tendo neste mesmo pleito a presença de uma outra mulher, Marina Silva (PV), compondo o embate eleitoral. Quatro anos depois, na eleição seguinte, a história se repetia, agora com mais representantes femininas disputando o cargo do executivo, uma mensagem necessária de que mulheres deveriam figurar decisivas em espaços de tomada de decisões.

---

<sup>23</sup> Este artigo é uma continuidade do proposto na pesquisa PIBIC intitulada “Mulheres na política: O desempenho de mulheres a cargos executivos nas eleições de 2016”, orientada pela professora Dr<sup>a</sup> Cyntia Brasileiro e desenvolvido por mim enquanto bolsista. Resultados preliminares já foram discutidos e apresentados nos anais da Semana de Ciência e Tecnologia da UERN.

Estas conquistas, apesar de emblemáticas, desvelam suas ambiguidades quando adentramos de maneira mais profunda nos dados sobre a representação de mulheres para outros cargos na política, uma profunda desigualdade na representação feminina pode ser constatada na literatura (ALZIRAS, 2018, CARVALHO & YASUDA, 2017) e na prática, estamos bem abaixo do percentual global de 25,5% de (IPU, 2021).

Com o eleitorado feminino de 52%, quando analisamos o quantitativo de candidatas que pleiteiam as eleições, observamos a desproporcionalidade nos números. As cotas, implementadas em 1995 e adaptada em 1997 com a Lei 9.504, garantiu uma porcentagem mínima para preencher vagas femininas como um mecanismo que atenuasse esta desigualdade. Políticas de promoção de incentivo à participação das mulheres na esfera política tem se ampliado não só mediante a lei, mas através de veículos de comunicação e, também do engajamento das mulheres em movimentos e grupos que fomentam as discussões políticas.

Em 2009, o não preenchimento das vagas, ainda de maneira persistente, suscitou uma nova redação apresentada na Lei 12.034, destinando vagas de preenchimento obrigatório de pelo menos 30% às mulheres. E o que pudemos constatar? As vagas agora obrigatórias foram preenchidas por candidaturas de fachada, as chamadas “candidatas laranjas”. Até que os tribunais começaram a ficar mais rigorosos e vir a ter, como agora nas últimas eleições (2020), o financiamento proporcional também para as mulheres dentro dos partidos.

A discussão sobre as cotas ganha amplitude (BOLOGNESI, 2012; SPOHR, MAGLIA, MACHADO & OLIVEIRA, 2016), pois o que se observou é que somente ela não consegue efetivar a participação os partidos até cumprem a cota, mas a garantia de apoio, recursos financeiros nem sempre é legitimada. Cada vez mais, reforçando a tese de que na maioria das vezes, as mulheres que conseguem meios e recursos adentram, é necessário um estudo mais aprofundado sobre estes dados, como eles são distribuídos, como é feito e concentrado estes recursos.

Após 89 anos que o direito ao voto para as mulheres foi conquistado pôde-se observar que a participação feminina cresceu sim, principalmente no que diz respeito aos cargos de poder local. Em 2020, 16% de mulheres foram eleitas vereadoras, um pequeno aumento comparado ao índice de 13,5% de 2016.<sup>24</sup> O aumento é real, mesmo que claramente desigual entre homens em mulheres, já que, no mesmo ano de 2020, foram 48.434

---

<sup>24</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/>. Acesso em 05/09/2022.



candidatos homens eleitos ao cargo de vereadores para um total de 9.208 mulheres.

Muitos têm sido os caminhos que pensam estes entraves corroboramos com duas análises que fomentam esta desigualdade: a) o processo decisório com o sistema eleitoral proporcional de lista aberta ambienta uma forma específica de escolher políticos, acirrando o personalismo e fragilizando os partidos, dificultando o sucesso das mulheres nos pleitos (SACCHET, 2013); e, b) o acesso a capital profissional e financeiro para aprofundar suas campanhas e conquistas o eleitorado (MIGUEL, 2014).

A desigualdade persiste, porque ainda é muito difícil promover estratégias eficazes que garantam que estas mulheres possam dedicar-se às suas carreiras elas não teriam como trabalhar somente em seus cargos, mas aliar isso a uma demanda familiar, para além de lidar com o adverso ambiente masculino, a falta de apoio dos partidos, o assédio e a violência. São os mais variados elementos materiais e simbólicos que, quando combinados, reduzem de maneira drástica as projeções de mulheres na vida política.

Uma democracia consolidada existe através de um Estado que dê as mesmas oportunidades para cada um de seus indivíduos participarem da vida pública ou não, contanto que seja por vontade própria e não por pressão social e patriarcal. No entanto, essa não é a sociedade em que vivemos, onde ainda existe uma forte dominação masculina no pleito eleitoral, assim como nos cargos públicos após eleitos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

Nas sociedades antigas, de um modo geral, as mulheres não eram consideradas cidadãs e a elas eram reservadas as atividades da esfera doméstica. Com um mundo mais rigidamente dividido entre a esfera pública e a esfera privada, aos homens cabiam predominantemente as atividades contidas na primeira e às mulheres, na segunda (ABREU, 2015, p. 30).

É possível ver como a permanência em demasia da mulher como centro do ambiente doméstico possa ter vindo a influenciar em muitas instancias das esferas de o enorme déficit de representação feminina. Afinal, a corrida pela vida pública para os homens iniciou-se muito antes, assim como foi apresentada sem nenhum obstáculo. Ao contrário das mulheres, que foram apenas jogadas em uma pista com quantos obstáculos pelo caminho fossem possíveis.

A divisão sexual do trabalho, ainda hoje muito presente, coloca a mulher como cuidadora do lar obrigatória. Enquanto o homem sai para trabalhar, ela deve ficar e cuidar da vida privada, sendo a única responsável pelo mantimento da casa. Essa responsabilidade, entendida, muitas vezes,



como natural e esperada, aumenta os custos para que as mulheres, finalmente, exerçam atividades profissionais fora do lar. A mulher que é dona de casa precisa conciliar suas atividades, equilibrar cada uma das coisas que entende como sua obrigação, seja no âmbito público ou privado (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 603-605).

Essa ligação de responsabilidade faz com que o poder local seja visto como um espaço privilegiado para mulheres na política, pois seu campo de atuação ainda está interligado com a sua casa (RABAY, CARVALHO, SILVA, 2013). Seja na prefeitura ou na câmara municipal, poderá conciliar suas duas obrigações pela proximidade que manteve mesmo ao tentar expandir o ambiente em que atua. Ambas escolhidas por ela, mas apenas uma sendo bem-vista caso fosse deixada de lado.

A mulher na política brasileira ainda é vista de com menor protagonismo, no entanto, a questão de gênero não é o único obstáculo a enfrentar. Posicionamentos negativos de figuras dentro e fora da vida pública fazem com que a participação feminina fique cada vez mais retraída. As mulheres ainda são vistas como seres sensíveis e emocionais que não terão posturas agressivas e decididas, como uma boa parte da população acredita que deva ser a postura correta adotada por um político (FERNANDES, LOURENÇO, FROHLICH, SILVA, KAI, 2020). Contudo, isso nem sempre é encarado de forma negativa. Algumas mulheres que já estão na vida pública acreditam que, por serem mulheres, possuem de fato mais sensibilidade e isso as faz mais organizadas – o que permite uma boa gestão (ALMEIDA, 2017).

## VEREADORAS MULHERES

A região nordeste do país possui uma longa história de inserção de mulheres na política, em especial o estado do Rio Grande do Norte – RN. Foi na cidade de Mossoró, em 1927, que Celina Guimarães Viana tornou-se a primeira mulher a ser registrada como eleitora no país. E em 1928, Alzira Soriano de Souza foi a primeira prefeita a ser eleita no Brasil, na cidade de Lages, ficando para sempre marcada na história da política brasileira. Levou 30 anos para que outra mulher fosse eleita prefeita no Brasil: apenas em 1958 que Aldamira Guedes conquistou o executivo de Quixeramobim, no Ceará (RODRIGUES, 2016).

Como é possível ver em Alziras (2018), a região Nordeste possui o maior percentual de mulheres eleitas ao cargo do executivo municipal, sendo o Rio Grande do Norte o segundo estado com maior número de prefeitas eleitas, ficando atrás apenas de Roraima. Contudo, dos 15 municípios do estado, apenas 4 foram governados por mulheres, ao contrário do Rio Grande do Norte, onde, em 2018, tinha 46 municípios comandados por prefeitas, correspondendo a 27%. O Nordeste, em especial o estado potiguar, nunca

deixou de se mostrar efetivo quando se tratava de candidaturas femininas, sendo, também, o único estado do Brasil a eleger uma governadora mulher em 2018.

Briollo e Troiano (2016, p. 2), analisam a corrupção dos municípios brasileiros, observando que as prefeitas eleitas no país se envolveram em menos escândalos de corrupção do que os homens, percebendo que “a probabilidade de observar um episódio de corrupção é 29 e 35% menor em municípios com mulheres prefeitas do que naqueles com homens prefeitos.”. O mesmo ocorre com as contribuições de campanha recebidas, com prefeitas atraindo entre 30% a 55% menos fundos privados do que candidatos homens quando estão concorrendo a reeleições.

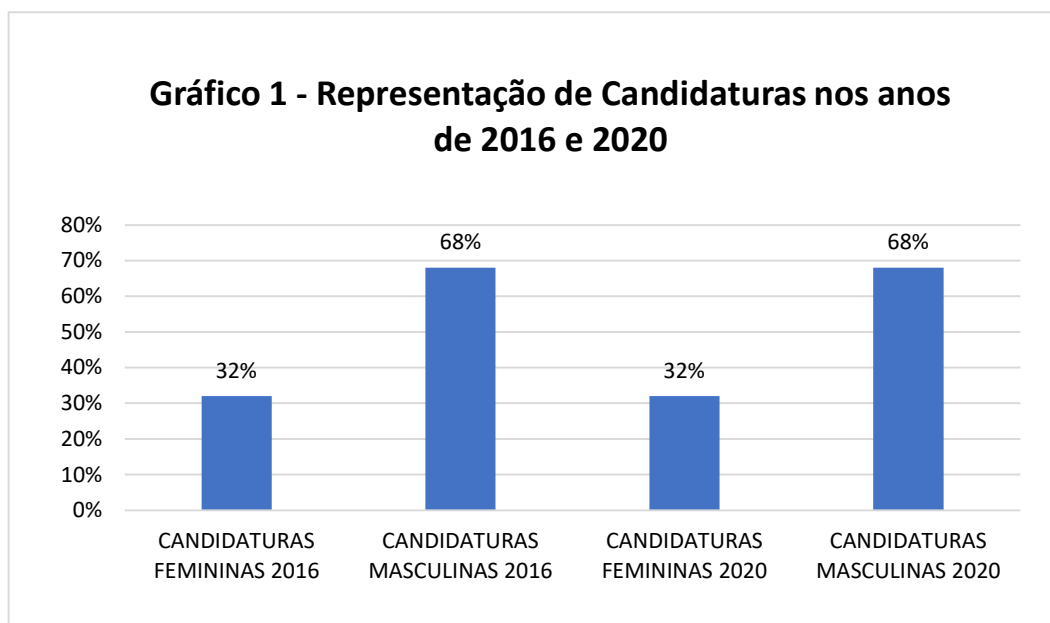
Nossos resultados mostram que, se alguma coisa, as mulheres fazem um trabalho melhor em atrair transferências e fornecer bens públicos. Primeiro, descobrimos que as prefeitas atraem cerca de 60% mais transferências para investimento de capital do que os homens. Em segundo lugar, nossos resultados mostram que ter uma prefeita do sexo feminino parece levar a melhores resultados de saúde relacionados ao pré-natal. Terceiro, as prefeitas parecem mais propensas a chefiar municípios com melhores instalações educacionais, embora as diferenças sejam pequenas e estatisticamente insignificantes. Isso sugere que as diferenças de gênero na qualidade e quantidade de bens públicos provavelmente não oferecerão uma explicação alternativa de por que os homens são mais propensos a serem reeleitos (BRIOLLO; TROIANO, 2016, p. 30, *tradução nossa*).

Resultados como este reiteram a pergunta-chave de muitas bibliografias sobre gênero e política: O que impede a eleição de mulheres? Isto é, se prefeitas possuem uma probabilidade menor de envolverem-se em ações corruptas ao mesmo tempo em que investem nos municípios que lideram suas contrapartes masculinas, o que faz com que a participação feminina ainda seja tão tímida no Brasil?

Os pontos positivos de mulheres na política ficam claros, mesmo que ainda insuficientes, já que mesmo com a Lei de Cotas, alguns partidos ainda não cumprem os 30% obrigatórios. Em 2016, o Partido da Causa Operaria – PCO aprovaram um total de 29,41% de mulheres e em 2020 repetiram o feito, dessa vez ainda menor, com 27,27% ao lado do Partido Comunista Brasileiro – PCB, que declarou 29,87% de candidaturas femininas; ambos os partidos de esquerda foram os únicos a não cumprirem a cota obrigatória. A validação de suas candidaturas ao todo mesmo quando não alcançaram o valor pré-determinado e a repetição da mesma ação pelo PCO em duas eleições seguidas mostra uma dificuldade de atingir as cotas, que ainda figuram como voluntárias e sem sanções no Brasil, reforçando os questionamentos sobre a efetividade real da Lei. Os gráficos a seguir representam as duas

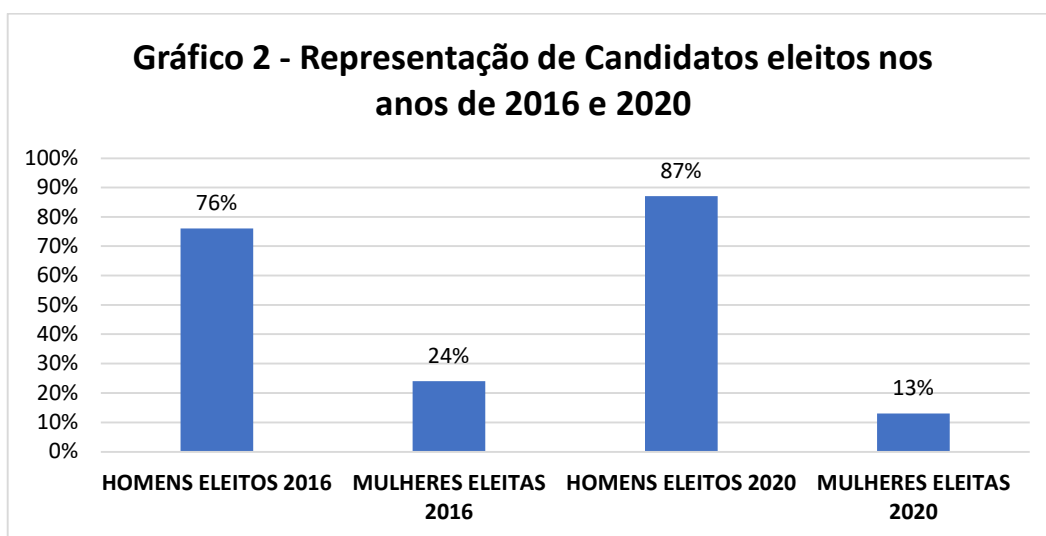
últimas eleições para o cargo de vereador em Mossoró e como o quantitativo de candidaturas se deu.

Gráfico 1 – Representação de Candidaturas nos anos de 2016 e 2020



Fonte: TSE, 2021. Elaboração própria, 2021.

Gráfico 2 – Representação de candidatos nos anos de 2016 e 2020



Fonte: TSE, 2021. Elaboração própria, 2021.

A discrepância entre homens e mulheres torna-se expressiva. Foram 24% de mulheres eleitas em 2016 e 13% em 2020. A dificuldade de inserção da mulher na política existe desde a permissão de sua participação na mesma, afinal, a política brasileira ainda é regada de uma forte dinâmica tradicionalista e patriarcal, onde a dominação masculina ainda governa, querendo sempre manter todo e qualquer território como o território do *macho*, não próprio para mulheres (SCHARTZENBERG, 1978).

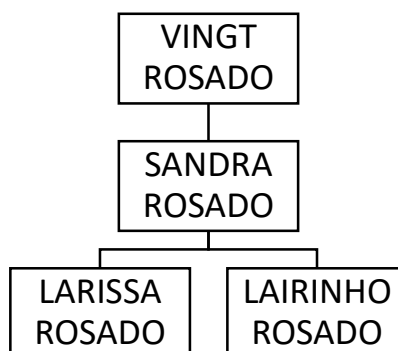
Quadro 01 – Vereadoras eleitas e quantitativo de votos

VEREADORAS 2016	VEREADORAS 2020
Izabel Montenegro (MDB) – 2.456 votos	Carmem Júlia de Izabel (MDB) – 3.112 votos
Sandra Rosado (PSB) – 2.129 votos	Larissa Rosado (PSDB) – 2.516 votos
Maria das Malhas (PSD) – 2.041 votos	Marleide Cunha (PT) – 1.528 votos
Isolda Dantas (PT) – 1.861 votos	
Aline Couto (PHS) – 916 votos	

Fonte: TSE, 2021. Elaboração própria, 2021.

Em Oliven (2007, p. 42), vemos que fenômenos como paternalismo e clientelismo são comumente vistos como rurais ou tradicionais e que, gradativamente, desapareciam quando colocados em um contexto moderno. No entanto, ainda hoje, o clientelismo é uma ação comum mesmo no meio urbano, principalmente caracterizados pela “existência de estratos hierarquizados numa gradação de poder econômico e político” (LA FONTAINE, 1975 apud OLIVEN, 2007). Dentre as oito mulheres vereadoras que Mossoró possuiu em um período de pouco mais de cinco anos, quatro são da mesma família. Começando por uma parte da família Rosado, como o organograma a seguir exemplifica:

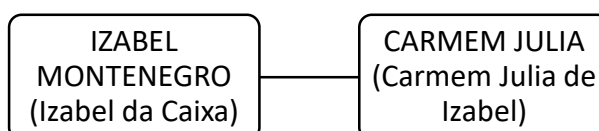
Organograma 1 – Família Rosado



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Sandra Rosado (PSB), filha de Vingt Rosado, integrantes da família política mais antiga da cidade, os Rosados, é mãe de Larissa Rosado (PSDB) e do ex-vereador Lairinho Rosado. Izabel Montenegro (MDB), a vereadora mulher mais bem votada de 2016, é mãe de Carmem Julia (MDB), por sua vez, a vereadora mais bem votada do ano de 2020.

Organograma 2 – Família Rosado



Fonte: Elaboração própria, 2021.

As duas dividem o mesmo partido e apoio público. Carmem Júlia seguiu sua campanha eleitoral inteira como “Carmem Júlia de Izabel”. Um fato curioso sobre a candidatura de Carmem Júlia é que ela apenas foi decidida 20 dias antes das eleições<sup>25</sup>. A mesma entra na disputa substituindo a mãe, Izabel Montenegro, que retirou sua candidatura após o Tribunal Regional Eleitoral – TER/RN indeferir o seu pedido, esta logo anunciou que acompanharia de perto o mandato vencedor da filha. A ex-vereadora não se preocupou em como sua fala poderia soar, apenas ao que poderíamos supor, por acreditar que grande parcela dos votos dados, assim como os de Larissa Rosado, surgiram por tradicionalismo, uma gama de pessoas agradecidas e, talvez em suas perspectivas, também em dívida, que só seria paga apoiando novamente sua candidata ou quem ela escolhesse apoiar.

É claro que o capital político-familiar continua a ser uma ferramenta intrínseca nestas ações. Segundo Pierre Bourdieu (1981), o capital político-familiar é uma espécie de patrimônio gerado pelo “nome da família”, é um capital político e simbólico que surge através da reputação e história de determinada família antiga na vida pública. Este capital simbólico será uma herança para o grupo familiar, transmitindo-se socialmente para todos os seus integrantes. Esse capital gera uma “garantia” e um “reconhecimento” através de ações prestadas e nunca esquecidas de outros integrantes de sua família. Não é preciso, no entanto, ser um parente consanguíneo para usufruir do capital político de algum grupo familiar, contanto que sejam legitimados por algum deles (MONTEIRO, 2016).

A outra semelhança notada entre as candidatas foi a presença do Partido dos Trabalhadores – PT na Câmara Municipal por dois mandatos consecutivos. Isolda Dantas (PT), inclusive, defendeu a vereadora Marleide Cunha quando a mesma teve divergências com a Câmara Municipal ainda em 2019, enquanto sindicalista e defensora da classe trabalhadora, o que fez com que os vereadores votassem e a colocassem como “Persona não grata”<sup>26</sup>, o que viria se tornar o carro chefe de sua campanha eleitoral ao se apropriar do termo e vesti-lo como “Persona de coragem”<sup>27</sup>. Ambas as candidatas possuem forte apoio dos movimentos sociais da cidade, principalmente do movimento estudantil, composto por muitos jovens universitários.

Tratando-se dos fundos eleitorais para as vereadoras de Mossoró, foi escolhido analisar apenas as campanhas eleitorais de 2020, utilizando o site

---

<sup>25</sup><https://www.mossoro.rn.leg.br/institucional/noticias/izabel-montenegro-agradece-grande-numero-de-votos-recebidos-pela-filha>. Acesso em 26/10/2022.

<sup>26</sup><http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/presidente-da-ca-mara-municipal-de-mossora-tem-candidatura-negada-pelo-tre-rn/493562> acesso em 26/10/2022.

<sup>27</sup> <https://www.instagram.com/p/CESfGUIJQPR/>. Acesso em 26/10/2022.



Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do TSE. Na ferramenta criada pelo Tribunal Superior, é possível observar quanto cada candidato recebeu e gastou durante sua campanha. Neste trabalho, no entanto, foi optado por perceber apenas quanto cada candidata, e principalmente as candidatas que foram eleitas, receberam pelo Fundo Partidário, Fundo Especial e Outros Recursos – três categorias listadas no site de divulgação. “Outros recursos” discorre sobre o fundo de campanha da própria candidata ou de doação de terceiros interessados, familiares, amigos, fundos coletivos ou até mesmo doações de outros candidatos.

O primeiro fato perceptível é que apenas três candidatas tiveram fundos partidários destacados – todas as outras 148 mulheres restantes tiveram seus fundos provenientes unicamente do fundo especial e/ou de outros recursos, sendo que 30,46% destas candidaturas não registraram nenhuma receita, despesa, extratos bancários ou notas fiscais eletrônicas, marcando assim, nenhuma verba para essas mulheres. Contudo, outras obtiveram um valor circunstancial para suas respectivas campanhas, e, por isso, foi feita a tabela a seguir que mostra as vinte vereadoras que obtiveram as maiores verbas para suas campanhas em Mossoró em forma decrescente.

**Quadro 02 – Vereadoras com número maior de verbas para campanha**

Nº	Candidata	Partido	Valor Total	Fundo Especial	Outros Recursos
1	Larissa Daniela da Escossia Rosado	PSDB	91.728,73	70.000,00	21.728,73
2	Glisiany Pluvia De Oliveira	PT	74.193,20	52.515,00	21.678,20
3	Carmem Julia Araújo Holanda Montenegro	MDB	59.002,20	0	59.002,20
4	Graziana Juliana Queiroz Sales	DEM	41.000,00	41.000,00	0
5	Eliane Da Costa Silva Maia	PSL	35.560,00	35.000,00	560
6	Antônia Aline Menezes Do Couto	PSDB	33.732,62	5.287,50	28.445,12
7	Maria Arlene Sousa	PP	31.620,00	0	31.620,00
8	Maria Marleide Da Cunha Matias	PT	31.540,70	2.000,00	29.540,70
9	Eliene Ferreira De Lima	PSL	23.000,00	23.000,00	0
10	Giorgia Penereiro Pascoal	PT	18.232,60	600	17.632,60
11	Railda Alves De Macedo Lima	PP	18.000,00	18.000,00	0
12	Luciana Pinheiro Figueiredo	PP	17.726,83	16.000,00	1.726,83
13	Maria Lucia Alves Do Monte Lucena	PP	16.200,00	16.000,00	200
14	Francisca Zildene Pereira Rodrigues	PSD	12.900,00	12.000,00	900
15	Larisa Cibelle Fabricio De Queiroz	DEM	11.300,00	11.000,00	300
16	Márcia Ferreira De Oliveira	DEM	11.014,00	11.000,00	14
17	Francisca Jucineide Da Costa	PROS	10.500,00	10.000,00	500
18	Telma Gurgel Da Silva	PSOL	10.060,33	7.648,33	2.412

19	Geruza Gomes De Moraes	PODE	10.059,00	0	10.059,00
20	Maria De Fatima Gurgel De Sousa	REDE	10.000,00	10.000,00	0

Fonte: TSE. Elaboração própria, 2021.

Larissa Rosado aparece em primeiro lugar com o PSDB encaminhando quase todo o valor de sua campanha, um valor muito maior do que as outras candidatas lançadas pelo PSDB receberam em 2020. Mais seis mulheres se destacaram sobre os recursos, três não possuem dados disponíveis e três receberam um total de R\$287,50. Um valor quase simbólico se comparado com o de Larissa Rosado.

O segundo lugar pertence a Pluvia, do Partido dos Trabalhadores. Pluvia detêm o maior financiamento do partido em Mossoró dentre as seis candidaturas lançadas, mas a candidata eleita foi Marleide Cunha, com o segundo maior investimento proveniente de recursos que não o de partido, que a limitou a um total de 2 mil reais e apenas R\$ 600,00 para as outras candidatas também do PT. Carmem Julia (MDB) é a única candidata eleita a não receber verba de seu partido. No entanto, se considerarmos o fato de que sua campanha surgiu como uma substituição de sua mãe, Izabel da Caixa (MDB), que já havia recebido o apoio financeiro do Fundo Especial, como aponta o arquivo de sua conta eleitoral<sup>28</sup>, e também que a mesma recebeu valores altos da própria mãe<sup>29</sup>, supõe-se que possa se tratar da mesma verba – é claro, apenas como uma suposição, pois existe um claro déficit de informação acerca deste fato específico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 168 anos de história, a cidade de Mossoró teve um total de 21 vereadoras ocupando a Câmara Municipal, demonstrando, mais uma vez, como a sub-representação feminina está praticamente intrínseca nas raízes do país, mesmo que no Rio Grande do Norte a liderança feminina tenha evoluído de maneira aceitável, já que quanto mais candidatas femininas eram apresentadas pelos partidos, mais elas se elegiam pelo estado afora (BRASILEIRO, SOUSA, BARROS, 2020).

Nas eleições de 2020, mais da metade das vereadoras eleitas se agarraram ao capital familiar político e bagagens de tradicionalismo e costume, enquanto apenas uma se elegeu através da própria carreira política, construída durante anos. Mesmo sendo importante ter representantes femininas na vida pública, ainda é questionável e de certa forma perigoso

<sup>28</sup><https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/17590/200000872703>. Acesso em 26/10/2022.

<sup>29</sup><https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/17590/200001273840/integra/receitas>. Acesso em 26/10/2022.

que o caminho escolhido seja através de vínculos familiares e relações sociais antigas construídas na cidade por alguém que não a própria candidata. Questionável, pois o coronelismo e o clientelismo continuam a ser práticas ultrapassadas e que deveriam ser extinguidas de todo o território nacional e perigosas porque deixam um questionamento em aberto: Se de 151 candidatas, apenas três se elegeram e, das três, duas possuem fortes vínculos políticos com a cidade e os moradores que a elegem, como outra mulher teria uma chance igualitária no mesmo campo?

Homens também utilizam o capital político-familiar afinal, é uma prática simples e repassada dentro de famílias oligárquicas de maneira tão simples quanto o próprio sobrenome contudo, em uma sociedade patriarcal, onde alguns partidos nem mesmo respeitam os percentuais mínimos exigidos por lei para candidaturas femininas – como o PCB e o PCO – em seus partidos, a comparação não parece justa. Segue sendo arriscado que se propague que uma mulher precisaria de uma porta lateral política para ingressar na vida pública mais facilmente quando, na verdade, não é a candidata que precisa mudar – ou suas relações sociais –, mas sim as engrenagens que controlam a política brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. **As Experiências do Feminino na Política: Percepções e Atuações de Prefeitas Paraibanas**. Orientador: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima. 2017. 206 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos** / Ruben George Oliven. 6. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FERNANDES, Camilla; LOURENÇO, Mariane Lemos; FROHLICH, Samantha; SILVA, Diogo Espejo da; KAI, Flávia Obara. **Mulheres na política: emoções e desafios em dinâmicas institucionais complexas**. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 18, ed. 4, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/wZgQVwK6YNvwxWk7yYXLrhx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 maio 2021.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Woman in national Parliaments**. 2021. Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=4&year=2021>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

ABREU, M. **Mulheres e representação política**. Revista Parlamento e Sociedade. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp->

content/uploads/sites/5/2015/05/REVISTA\_PARLAMENTO\_SOCIEDADE\_v3n5.pdf> Vol. 3, n. 5, São Paulo, 2015. Acesso em: 10 jun. 2021.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. **What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil.** *Journal of Development Economics*, v. 122, p. 28-45, 2016.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: Os herdeiros e a Força dos Capitais no Jogo Político das Elites na Paraíba (1985-2015).** Orientador: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima. 2016. 292 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UFPB, PB, 2016.

BRASILEIRO, Cyntia; SOUSA, Ângelo; NETA, Terezinha Barros. (2020). **Pioneirismo feminino na política: uma análise das eleições para prefeita de 1996 - 2016 nos municípios do Rio Grande do Norte.** *Research, Society and Development*. 9. 10.33448/rsd-v9i10.9353. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/345854581\\_Pioneirismo\\_feminino\\_na\\_politica\\_uma\\_analise\\_das\\_eleicoes\\_para\\_prefeita\\_de\\_1996-2016\\_nos\\_municipios\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Norte](https://www.researchgate.net/publication/345854581_Pioneirismo_feminino_na_politica_uma_analise_das_eleicoes_para_prefeita_de_1996-2016_nos_municipios_do_Rio_Grande_do_Norte)> Acesso em: 23 jun. 2022.



BRASILEIRO, Cyntia Carolina Beserra; GADELHA, Crislayne Cristina; MORAIS, Eula Paula Gomes de; OLIVEIRA, Gilmara Soares de; CABRAL, Karina Cia Bartels; PAIVA, Magna Karol Alves de. @Mulheres on: uma experiência de extensão universitária na promoção da igualdade da mulher. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v2., n.4, julho/dezembro de 2022, p. 70-85, ISSN 2764-4405.

## @MULHERES ON: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DA MULHER

*Cyntia Carolina Beserra Brasileiro*<sup>30</sup>

*Crislayne Cristina Gadelha*<sup>31</sup>

*Eula Paula Gomes de Moraes*<sup>32</sup>

*Gilmara Soares de Oliveira*<sup>33</sup>

*Karina Cia Bartels Cabral*<sup>34</sup>

*Magna Karol Alves de Paiva*<sup>35</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta um relato de experiência do Projeto de Extensão Mulheres On da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, realizada no ano 2021 como uma ação remota com vista a promover a igualdade de gênero. Os objetivos da proposta buscaram conectar e estimular estudantes do curso de Ciências Sociais e Política e outros mais, instituições e a sociedade para o aprofundamento e reflexão sobre as temáticas a partir das mais diversas áreas de saberes e experiências. Para tanto, foi criada uma conta no *Instagram* denominada @mulheresonuern com o objetivo de divulgar conteúdos educativos e interativos que abordam discussões que atravessam a vida das mulheres, tais como: acesso à saúde, à educação, participação no mercado de trabalho e participação política. Entendendo a importância da caracterização e levantamento de dados sobre a mulher, temos como resultados, para além do engajamento da comunidade acadêmica, a necessidade destas ações e discussões para a implementação de políticas públicas de incentivo às mulheres, bem como a sua proteção social.

**Palavras chaves:** Extensão Universitária; Igualdade de Gênero; Políticas Públicas; Redes Sociais

<sup>30</sup> Professora do Curso de Ciências Sociais e Política da UERN.

<sup>31</sup> Graduada em Ciências Sociais e Política pela UERN.

<sup>32</sup> Graduada em Ciências Sociais e Política pela UERN.

<sup>33</sup> Graduada em Ciências Sociais e Política pela UERN.

<sup>34</sup> Graduada em Ciências Sociais e Política pela UERN.

<sup>35</sup> Graduada em Ciências Sociais e Política pela UERN.



**ABSTRACT:** This article presents an experience report of the Mulheres On Extension Project at the State University of Rio Grande do Norte, carried out in 2021 as a remote action to promote gender equality. The objectives of the proposal aimed to connect and encourage students of the Social and Political Sciences course and others, institutions and society to deepen and reflect on the themes from the most diverse areas of knowledge and experience. To this end, an Instagram account called @mulheresonuern was created with the aim of creating and disseminating educational and interactive content that addresses discussions that cross women's lives, such as: access to health, education, participation in the labor market and participation policy. Understanding the importance of characterizing and collecting data on women, we have as results, in addition to the engagement of the academic community, the need for these actions and discussions for the implementation of public policies to encourage women, as well as their social protection.

**Keywords:** University Extension; Gender equality; Public policy; Social media

## INTRODUÇÃO

Quando falamos de promoção de igualdade de gênero, entendemos que é um debate amplo em diversas esferas. No âmbito econômico, as desigualdades entre homens e mulheres persistem nos mercados globais. Isso vai de encontro à melhora que estas têm na questão da escolaridade (OIT, 2016) e, de certa maneira, nas agendas de discussão que vêm sendo elaboradas à medida que as vozes de mulheres conseguem adentrar nos espaços.

No Brasil, as mulheres estão sub-representadas num número limitado de profissões e setores dados apontam que recebem quase 30% a menos que os homens (IBGE, 2019). Quando ampliamos o desafio para a política, nota-se a pouca representatividade em cargos 658/5570 prefeitas, 91/513 deputadas, 16/81 senadoras (TSE, 2022), ainda que estes números já sinalizem avanços nos números de candidaturas. A pandemia oriunda da Covid-19<sup>36</sup> ampliou muitas questões que revelam a profunda desigualdade de gênero no nosso país, o padrão 'tradicional' do homem provedor e da mulher cuidadora vem dando lugar a um modelo no qual as mulheres e os homens se inserem no mercado de trabalho, mas os cuidados com a família continuam sendo responsabilidade primária das mulheres e em muitos casos são elas que assumem a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva.

---

<sup>36</sup> No ano de 2020, um vírus chamado coronavírus (SARS-CoV-2) fez no mundo inteiro vítimas, sua transmissão muito rápida e letalidade nos colocou em estado de isolamento.

Para além disso, apesar de não se ter dados específicos as mulheres ainda sofrem preconceitos com a maternidade, são vítimas de assédio moral, psicológico e sexual, figurando altos índices de violência doméstica, além de modos diversos de violência política de gênero. Diante do exposto, a proposta Mulheres On surgiu como ação de extensão remota, realizada no âmbito da universidade no período da pandemia. Justificou-se em sua necessidade de problematizar e provocar na sociedade o conhecimento de teorias e dados que versem de maneira interdisciplinar sobre como a mulher figura no nosso país, propiciando que estudantes, professores, as mais diversas instituições e a sociedade participassem de maneira a engajar nas temáticas e discussão.

O artigo em questão trata de contextualizar esta experiência, entendendo a importância da caracterização e levantamento de dados sobre a mulher, e que se sustente a necessidade de implementar políticas públicas de incentivo às mulheres, bem como a sua proteção social.

## **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

A universidade, segundo o Art. 207 da Constituição Federal (1988) goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta, no Brasil, surgiu no século XX, a partir do Decreto nº 14.343 de 1920, na qual foi criada a primeira universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Exíguo a isto, surgira também, tardiamente, atividades de extensão, sendo oficializada em 1931, durante o Governo Vargas, a partir do Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual, de acordo com Gadotti (2017) limitava-se à divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída. De modo que somente no início da década de 1960 a extensão como conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares.

Contudo, esse veio ganhar mais relevância somente na década de 1980, a partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) criado em 1987, durante o “I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas”. Desse encontro, originaram-se as diretrizes conceituais e políticas de ação para as Instituições de Ensino Superior - IES - do país e para o Plano Nacional de Extensão Universitária, o qual se desdobra em planos regionais e institucionais nas seguintes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. (UEL)

Assim, a extensão universitária só ganhará impulso a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado através da resolução nº7, de

2018. A partir da qual foram estabelecidas as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e orientou o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. A seguir podemos observar, de acordo com a resolução, as partes que estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

A discussão sobre a extensão universitária está longe de ser algo estanque, pelo contrário, tem acompanhado o movimento dinâmico da sociedade. Neste trabalho, nós entendemos a importância da extensão para uma formação que vai muito além da grade curricular de um curso de graduação e que não se limita ao espaço físico da universidade a extensão, além de aproximar docentes e discentes, aproxima a universidade da sociedade e ela oferece não só os resultados das atividades acadêmicas, como também a convida a fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, tendo como mediador o professor universitário.

[...] nos estatutos das Universidades Públicas, é também estabelecida, além das funções específicas de Ensino e Pesquisa, a Extensão Universitária. Cabe ao professor universitário criar, desenvolver, organizar, preservar, transmitir o saber acadêmico-científico e a cultura, por meio do ensino e da pesquisa, para formar profissionais aptos ao exercício da investigação científica, para o desempenho do magistério e das demais profissões, articulando-se ainda, com a comunidade, na busca do desenvolvimento de suas atividades acadêmicas (HUNGER, 2014, p. 336).

Com a pandemia da Covid-19 e as recomendações de distanciamento social, uma outra discussão tem se acentuado, esta é sobre o ensino remoto. Um pouco diferente do ensino a distância – EAD, o ensino remoto tem em sua gênese em professor e aluno interagindo de forma contínua, com aulas que também podem ser assíncronas, fazendo o envio de atividades por meio de plataformas como o *Google Classroom*, ou preferencialmente por meio de aulas síncronas, onde professores e alunos dialogam por

videoconferência, usando por exemplo o *Google Meet*. Logo, podemos entender que o ensino remoto:

É uma modalidade de ensino cuja atividades ocorrem em ambientes virtuais, com ajuda de meios tecnológicos, permitindo a interação entre o professor e alunos mesmo estando afastados da escola. Este processo exige uma crescente demanda por formação continuada, na transformação da concepção sobre interação professor-aluno; na preparação adequada dos professores, além das mudanças estruturais nas instituições de ensino, tanto no domínio organizacional como no domínio do ensino e da investigação. Acredita-se que a inclusão das TICs nos currículos constitui uma forma de estimular, potencializar e aprimorar seu uso e dar abertura a novos métodos de ensino (BEZERRA, 2020 Apud SUNDE Et al, 2020, p. 04).

Nesse mesmo contexto, as redes sociais ganharam mais destaque e passaram a ocupar um espaço maior que o de costume na vida de seus usuários, em decorrência do já mencionado isolamento social. T tamanha relevância se fez presente tanto no habitual espaço digital, para lazer e entretenimento, quanto para o meio acadêmico, sobretudo para o uso das extensões, sendo o *Instagram* a mais utilizada entre as redes e mídias. Para o projeto de extensão @MulhresOn, a rede social *Instagram* se fez como o canal de mais imediata troca e compartilhamento de informações. E nesse sentido, destacamos o papel social e fundamental das redes.

[...] as redes, dentro do ambiente organizacional, funcionam como espaços para o compartilhamento de informação e do conhecimento. Espaços que podem ser tanto presenciais quanto virtuais, em que pessoas com os mesmos objetivos trocam experiências, criando bases e gerando informações relevantes para o setor em que atuam (TOMAÉL; ALCARÁ; CHIARA, 2005, p.94).

## @MULHERES ON

A proposta do projeto de extensão Mulheres On surgiu por ocasião da pandemia. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) teve, entre outras medidas, como iniciativas de participação e relação universidade/comunidade, a convocação de projetos a serem executados de maneira remota, com tempo de ação de 8 meses, sobre temáticas que dialogassem com o tema das desigualdades. Logo, a proposta do projeto buscou compreender de maneira geral, como as mulheres têm figurado nos espaços sob este prisma.

Baseamo-nos inicialmente na discussão sobre a promoção da igualdade de gênero e nos situamos nos cenários e pautas de discussão por meio de entidades e instituições nacionais e internacionais. Destes movimentos criou-se em 2006 o *Global Gender Gap Index*, um índice global



de desigualdade de gênero que compara países em quatro aspectos: (1) acesso à saúde, (2) acesso à educação, (3) participação no mercado de trabalho e (4) participação política. Tomando estes aspectos como norteadores, o projeto visou caracterizar como a mulher no Brasil se encontra na pauta de promoção da igualdade de gênero nos aspectos supracitados, adicionando a (5) violência contra a mulheres e (6) mulheres na ciência como eixos de investigação, análise e diagnóstico.

Os objetivos da proposta visavam conectar e estimular estudantes do curso de Ciências Sociais e Política e outros mais, instituições e a sociedade para o aprofundamento e para a reflexão sobre as temáticas a partir das mais diversas áreas de saberes e experiências, promovendo o debate de inserção das mulheres nos mais variados espaços de atuação. Para tanto, foi criada uma conta no *Instagram* denominada @MulheresOnUern com o objetivo de criar e divulgar conteúdos educativos e interativos que abordam pautas de discussões que atravessam a vida das mulheres, tais como: acesso à saúde, à educação, participação no mercado de trabalho e participação política.

Esta abordagem tinha como objetivos específicos: a) Oportunizar o debate e aprofundamento de questões de gênero no Brasil com caracterização de teoria e dados. b) Situar as condições das mulheres em seu contexto social, econômico, cultural e político do local ao nacional. c) Mapear as políticas públicas nacionais/estadual que visam a promoção da igualdade de gênero. Buscou-se articular de maneira sistemática a relação ensino, pesquisa e extensão. Os (as) estudantes precisavam debruçar-se para a construção teórica e para a elaboração dos conteúdos, de modo que contemplasse a formação e informação. Para a explanação dos dados, foi preciso pesquisar em repositórios e construir em seus textos análises e, por fim, trazer este conteúdo em seu aspecto interdisciplinar, lançando em rede para o público alvo que comportasse a maior diversidade. Além da tentativa constante de acessibilizar o conhecimento para não acadêmicos(as).

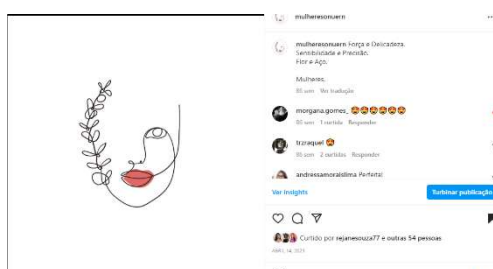
Ao mesmo tempo em que a proposta revelou seu potencial de formação, permitindo a fundamentação destes(as) estudantes e profissionais das Ciências Sociais e Política, também gerou para o público que acessa os conteúdos elementos que desvelam cada vez mais as desigualdades que recaem sobre mulheres, tornando-se este público multiplicador e ciente da necessidade de políticas efetivas de promoção da igualdade de gênero e das discussões acerca das temáticas abordadas.

### **Compondo e organizando atividades**

A primeira atividade realizada foi a discussão sobre a proposta da imagem do projeto e uso de elementos e cores para a elaboração da arte. Podendo ser assim divulgada na rede social como lançamento.



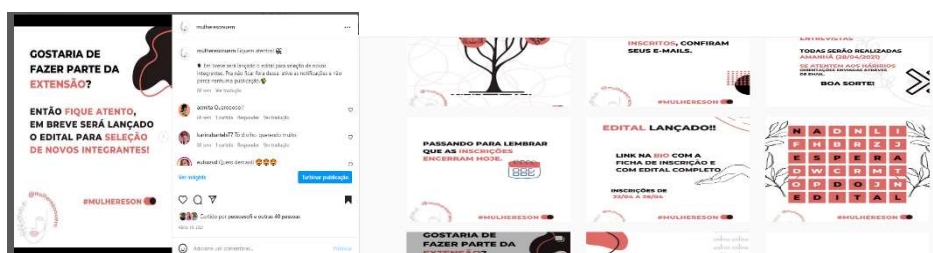
Figura 1: Imagem da logo do Mulheres On



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Uma vez o projeto aprovado, foi realizada através de seleção composição da equipe. A professora coordenadora abriu processo de seleção com edital específico para o engajamento de alunos (as) de Ciências Sociais e Política para a formação da equipe. Esse edital foi lançado e divulgado na página respeitando as datas do edital e do projeto para sua iniciação, contou com todo um cronograma e programação para o seu lançamento. Ainda contou com outras páginas no *Instagram* para a divulgação do projeto e do edital como a página do Departamento de Ciências Sociais e Política e de outros projetos de extensão do departamento.

Figura 2: Imagem da chamada para voluntários(as)



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Vale salientar que foi muito comum e eficaz esta abordagem, pois já estávamos há mais de um ano fazendo a comunicação mais direta através das redes sociais. A lógica educacional também foi adaptada ao remoto. Desde o princípio, houve engajamento e interação.

A adesão da comunidade acadêmica foi inspiradora e muitas alunas se candidataram para participar do projeto. Foi uma breve seleção a partir do edital publicado pelo projeto, sendo uma etapa desta o envio de certidões de vínculos e em um último momento foram realizadas entrevistas via *Google Meet* com as candidatas interessadas, todas eram do curso de Ciências Sociais e de períodos distintos. O projeto contou com a participação de 8 alunas, destas apenas 1 (uma) bolsista e as 7 (sete) demais voluntárias.

Feito isso, de modo remoto, houve a primeira reunião, onde as extensionistas puderam compreender a proposta, as dinâmicas de produção de conteúdo, desenvolvimento das artes e organização da sistemática de

trabalho nos meses subsequentes<sup>37</sup>. Para desenvolver as temáticas de forma sistemática e coletiva, sugerimos a formação de duplas para estudar e pesquisar temas e alimentar o perfil na rede social. Desse modo, a elaboração de conteúdo digital foi feita de maneira contínua, a cada semana a página estava sendo atualizada com informações de acordo com a distribuição das temáticas.

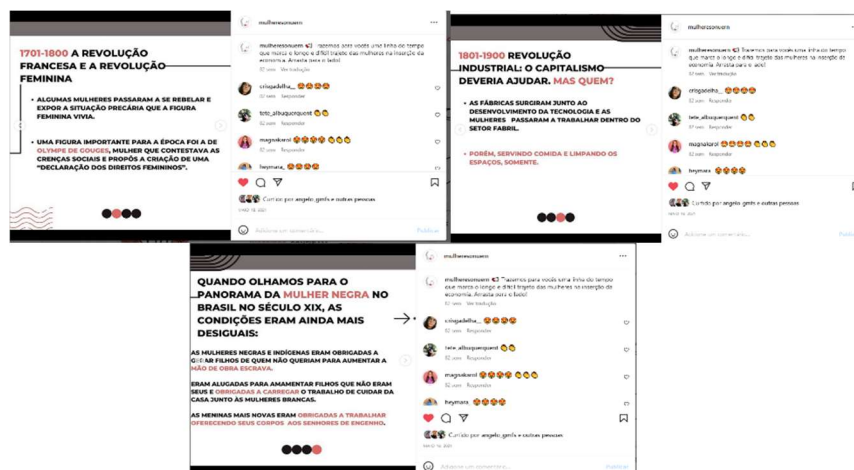
Figura 3: Primeira reunião de planejamento



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

A primeira publicação do Mulheres On trouxe uma linha do tempo sobre o trajeto longo e árduo de inserção das mulheres na economia, da Revolução Francesa à Revolução Industrial, expondo a atuação política das mulheres se posicionando contrárias às situações impostas na época. Além do panorama da mulher negra no Brasil, no século XIX, que mostra que as condições eram mais desiguais e violentas para elas e para as indígenas.

Figura 4: Publicações no perfil com o tema A Mulher e a Economia



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Na publicação seguinte, que dava continuidade ao tema, continuamos com a linha do tempo do século XX, compreendendo os anos de 1901 a 1970

<sup>37</sup> O prazo de execução da extensão foi até janeiro de 2022.

com a chegada do feminismo. Apresentando acontecimentos do início do século em que o mundo social e a ciência puderam dar à sociedade a compreensão do ser mulher. O sufrágio universal, obras que abordaram a temática do papel social da mulher e as leis trabalhistas que as abarcavam tendo em vista a inserção no mercado de trabalho em atividades que já eram destinadas ao gênero pela sociedade.

Figura 5: Publicações no perfil com o tema *A Mulher e a Economia* – Linha do tempo

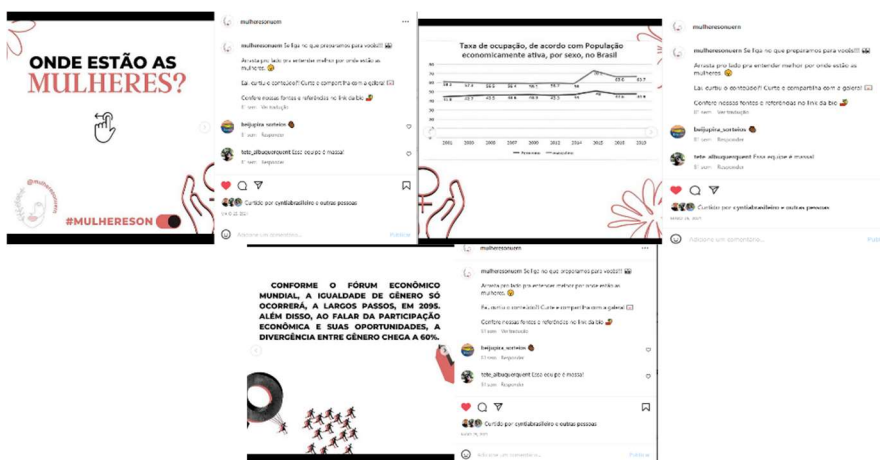


Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Ao final do século XX, com as mudanças mundiais o movimento feminista eclode no planeta e passa a se articular fortemente e se consolida como outros movimentos sociais com pautas urgentes. Esse movimento mundial influenciou para uma contestação dos papéis sociais da mulher, levando-as para as ruas para levar o debate acerca das suas vidas e ocupando aos poucos os espaços antes negados a elas.

A finalização da publicação trouxe um gráfico sobre as mulheres na economia no que concerne à ocupação no mercado de trabalho segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD-IBGE) de 2001 a 2019, os homens seguem ocupando uma porção maior de cargos de trabalho, além da diferença salarial entre homens e mulheres ainda segundo o Fórum Econômico Mundial a igualdade gênero só ocorrerá em 2095. Apontou-se na publicação uma análise e interpretação dos dados e cenário nacional.

Figura 6: Publicações no perfil com o tema *Onde estão as mulheres?*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.



Para finalizar a temática do mercado de trabalho, evidenciamos com dados a luta de seguirmos em busca de igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, como nos diversos segmentos que as mulheres operam de maneira desigual.

A temática da semana seguinte da publicação foi sobre o trabalho doméstico e as trabalhadoras domésticas, quem são, onde elas estão e o que fazem. Evidenciando a construção social que reproduz e naturaliza as mulheres para trabalho doméstico como um “dom”, em que as mulheres nasceram para os cuidados.

Figura 7: Publicações no perfil com o tema *Trabalho doméstico*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Essa sequência gerou muita discussão interna entre o grupo e muita interação nas publicações, com comentários de mulheres acerca da temática e suas vivências. Percebemos que o tema em si provoca reflexões sobre muitas questões e as publicações apareciam como provocativas, lúdicas e de fácil didática nas apresentações. Isso foi um exercício do próprio grupo em tentar acertar numa linguagem mais simples que pudesse ser de alcance de todos.

Figura 8: Participação e comentários de seguidores/as



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Seguindo as publicações sobre trabalho doméstico, foi exposto como os dados e situações se acentuaram gravemente. Com o trabalho *home office*, gerou-se uma exploração excessiva com uma alta carga de demandas e provocou um aumento de horas de trabalho dedicadas a atividades domésticas.

Figura 9: Publicações no perfil com o tema *Mulher, exploração e pandemia*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Observando o cenário e os dados apresentados sobre o mercado de trabalho, viu-se que as mulheres encontram no empreendedorismo uma forma de “ganhar a vida”, como uma oportunidade de trabalho para atender as necessidades que surgem. Pesquisas apontaram que as mulheres ocuparam segmentos específicos do mercado enquanto outros tinham menos participação. Notou-se também que mesmo essa sendo uma alternativa para mulheres que não conseguem se inserir no mercado, ainda há entraves que não solucionam as desigualdades de gênero e raça. As mulheres negras ainda são as mais afetadas com os impedimentos postos pela estrutura que rege o mercado e exclui e as sujeitam. Ainda foi apresentado uma sequência de mulheres que são protagonistas no empreendedorismo feminino no Brasil.

Figura 10: Publicações no perfil com o tema *Mulheres e empreendedorismo*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Ao final do mês de julho, foi dado início a publicações sobre a questão da violência contra a mulher. Foram apresentados dados e pesquisas a nível nacional, estadual e local, trazendo estatísticas de Mossoró-RN.

Figura 11: Publicações no perfil com o tema *Mulheres e violência*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Era necessário naquele momento expor como estava a situação das mulheres no contexto pandêmico, estando essas isoladas em seus lares com seus potenciais agressores, além de prover informações acerca das tipificações da violência.



Figura 12: Publicações no perfil com o tema *Mulheres e violência no contexto de pandemia*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Ainda trabalhando a temática, o grupo acreditou ser importante abordar algumas leis que assegura mulheres vítimas de violência doméstica, elaborando publicações sobre a Lei Maria da Penha. Além dos marcos legais desta lei, era importante expor como antes dela as mulheres não tinham esse respaldo jurídico em forma de lei, bem como era importante apresentar quem era a mulher que nomeou a Lei nº 11.340/2006. E para fechar foi mais que necessário dizer como e aonde ir para fazer uma denúncia em uma situação de violência.

Figura 13: Publicações no perfil com o tema *Lei Maria da Penha*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Foi exposto, ainda seguindo a temática da violência, quais equipamentos são responsáveis por acolher vítimas de violência contra a mulher. Nessa ocasião, o grupo entrevistou a coordenadora de uma das casas de acolhimento do Rio Grande do Norte, a Conceição Dantas.

Figura 14: Publicações no perfil sobre a Casa de Acolhimento Anatólia de Melo Alves



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Seguindo com as propostas, foi dado início à produção de conteúdo acerca de um dos aspectos propostos, a saúde. Apresentando uma breve história sobre como era trabalhada a saúde da mulher no Brasil e quais

políticas e campanhas foram sendo desenvolvidas e aplicadas dadas as demandas da mulher. Ainda foi exposto a questão da violência obstétrica e de que formas ela se manifesta para as pessoas gestantes.

Figura 15: Publicações no perfil com o tema *Mulheres e Saúde*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

A temática da educação apontou dados que, apesar de serem positivos, dada as políticas públicas conquistadas depois de muitas lutas, as mulheres ainda enfrentam muitas questões que as colocam no embate da luta constante por mais espaço e reconhecimento em áreas que não abrem brechas para essas sujeitas. Além de lutas por políticas sociais que propiciem a permanência das estudantes nas escolas.

Figura 16: Publicações no perfil com o tema *Mulheres e Educação*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

As seguintes publicações abordavam acerca das mulheres na ciência. Como sempre, foi um espaço de difícil acesso em decorrência das barreiras encontradas na jornada acadêmica, e quando há a presença das mulheres não é dado o devido reconhecimento e estima nas produções delas. O aprofundamento dessa temática aponta aspectos importantes sobre como se demonstra a vida e atuação das cientistas.

Figura 16: Publicações no perfil com o tema *Mulheres na Ciência*

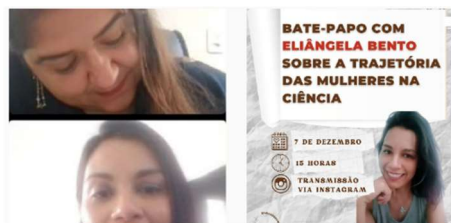


Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Aproveitando as estratégias de potencializar as discussões e o alcance na rede, propusemos uma *live* para conversar sobre a trajetória das mulheres

na ciência com a coordenadora deste grupo de extensão, a Prof.<sup>a</sup> Dra. Cyntia Brasileiro, e a Pós-doutorado em Física, Eliângela Paulino Bento, no dia 08 de dezembro de 2021.

Figura 17: Live com o tema *Mulheres na Ciência*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Foi aproveitado também a ferramenta de publicações nos *stories* que ficavam disponíveis por 24 horas. Estes eram destinados para compartilhamento de outras publicações sobre temáticas que atravessam a vida das mulheres de outras páginas do Instagram. Além de sequências expondo pesquisas com pautas relevantes desenvolvidas pelo grupo baseado em pesquisas.

Figura 18: Publicações no *Story*



Fonte: @mulheresonuern. Elaboração Própria. 2022.

Estas tinham um objetivo mais dinâmico e rápido. Eram destinadas para compartilhamento de outras publicações sobre temáticas que atravessam a vida das mulheres de outras páginas, indicações, notícias. Além de sequências expondo pesquisas com pautas relevantes desenvolvidas pelo grupo baseado em pesquisas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar do grupo de extensão Mulheres On gerou mais do que experiência em pesquisar temas relacionados aos tópicos discutidos e transformar os dados coletados em uma linguagem das redes sociais, *Instagram* neste caso específico, unindo textos, gráficos e artes na apresentação dos conteúdos publicados.

Gerou autonomia para as extensionistas, na medida em que temas foram sugeridos pela coordenadora, mas as alunas-pesquisadoras sempre tiveram absoluta liberdade para sugerir desdobramentos, novas abordagens e como trabalhar cada item da maneira que lhes parecesse mais razoável e



com maior aproveitamento. Sabendo que a professora-coordenadora estava sempre muito atenta aos detalhes e ao plano geral de trabalho, houve perfeita harmonia entre desenvolver o potencial de cada aluna-pesquisadora e os ajustes necessários para que o conteúdo atingisse os objetivos do projeto de extensão.

Outro impacto foi o aprofundamento da compreensão de cada tema pesquisado, onde as alunas-pesquisadoras puderam sair das percepções do senso comum de cada tema abordado e se debruçaram sobre dados científicos, análises e percepções, produzindo conteúdos com grande confiabilidade científica e, ao mesmo tempo, linguagem acessível ao maior público possível. Ainda que a proposta do projeto de extensão não fosse produzir artigos científicos, frutos de uma pesquisa muito mais longa e apurada, respeitando as normas metodológicas em vigor, permitiu às alunas-pesquisadoras vislumbrar diversas novas possibilidades de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 207**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Acesso em: 10 Dez. 2021.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Resolução N.º 7, De 18 de Dezembro de 2018**. Edição 243, Sec.1, Pág. 49. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em 10 Dez. 2021.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível

em: <[https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2021

HUNGER, Dagmar. Et al. **O Dilema Extensão Universitária**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.30. N.03. p.335-35, julho-setembro 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/bZjxgPjkDx4ssm5RKwFScby/abstract/?lang=pt> Acesso em 10 de dezembro de 2021.

SUNDE, Rosário Martinho. Et al. **ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. Revista Epistemologia e Práxis Educativa [Teresina |ano 03| n. 03| | v. 03| set./dez. |2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/11176> Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. **Das redes sociais à inovação**. Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/WTMRGVXjNdLNLDwGBD5HTXb/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 10 de dezembro de 2021.



UEL, Universidade Estadual de Londrina. PROEX – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade. Londrina – PR, 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/proex/?content=forproex.htm> Acesso em: 10 Dez. 2021.

# RESENHAS



SOUZA, Amanda Lima. [Resenha]. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v2., n.4, julho/dezembro de 2022, p. 87-88, ISSN 2764-4405.

ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do estado e de deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 2a ed revisada. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.

No livro “Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil (2018)”, a autora Bruna Angotti discute sobre os surgimentos dos presídios femininos no Brasil e os problemas inerentes a esta temática, tendo como foco a influência da religião no surgimento dos presídios femininos e como isso interfere na forma como enxergamos a mulher criminosa. A autora inicia a discussão abordando a realidade do sistema prisional do Brasil no período colonial, apontando que as mulheres eram aprisionadas junto aos homens, e desde aquele período foi possível identificar que era muito raro a existência de espaços destinados às mulheres. De modo que, por estarem expostas junto aos homens, elas também se tornaram vulneráveis. Logo, relatos de abuso sexual, problemas com a guarda – que em sua maioria era masculina – e doenças eram muito comuns.

Apesar do debate sobre os presídios femininos ser uma questão “antiga”, vemos os mesmos problemas persistir nos dias atuais: poucos são os presídios exclusivamente femininos os sistemas penitenciários mistos apresentam recorrentes problemas, tais como: casos de estupro, abuso de poder e situações de humilhação. Pela população carcerária feminina ser pequena quando relacionada ao número de homens, houve morosidade em reconhecer esse problema e sinalizar soluções. Um dos dados expostos no livro é um estudo realizado pelo Conselho Penitenciário do Distrito Federal, em 1934, em que, considerando os presos das capitais dos estados, 46 eram mulheres e 4633 eram sentenciados masculinos. Até os dias atuais, estas diferenças persistem nos números no Brasil. De acordo com dados do Departamento Penitenciário (DEPEN) de 2022, atualmente temos 626.005 presos do sexo masculino, correspondendo a 95,02% da população carcerária, e 28.699 mulheres apenadas, ou seja, 4,38% dessa população.

Angotti (2018) salienta que apesar de já existir alguns debates no país sobre o cárcere feminino desde as últimas décadas do século XIX, somente na década de 1940 que foram criados os primeiros estabelecimentos prisionais para as mulheres no Brasil. Outras tentativas foram feitas, tendo destaque a criação do Patronato das Presas, em 1921, que, influenciadas pelas prisões femininas latino-americanas, tinham como missão conseguir

estabelecer uma solução justa para as mulheres criminosas, principalmente no que se refere a um espaço próprio para elas.

Abordando esse contexto, a autora ressalta o fato de que outros países já consideravam esta pauta e já se articulavam para ter espaços próprios para as mulheres e que, apesar de algumas diferenças entre essas instituições, todos os presídios femininos possuíam o mesmo objetivo: posicionar a mulher em um local de feminidade e de afazeres domésticos. O cárcere em si aparece, entre outros aspectos que a autora remonta, como uma forma de domesticar os corpos, torná-los dóceis e úteis para a sociedade, punindo-os, retirando aquilo que é mais importante para o indivíduo: o tempo. No que diz respeito aos estabelecimentos femininos, o seu intuito não é só punir, mas moldar uma nova mulher em um padrão ideal que se tinha na época, de uma figura dócil, voltada para os serviços domésticos. Neste sentido, uma das ênfases abordadas na referida obra é a presença da Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D'Angers. A congregação foi fruto do Instituto Bom Pastor de Angers, fundado na cidade de Angers, na França, em 1829. A principal missão do Instituto era salvar a alma e estabelecer a cura moral das meninas e mulheres que tinham se “perdido” desses preceitos.

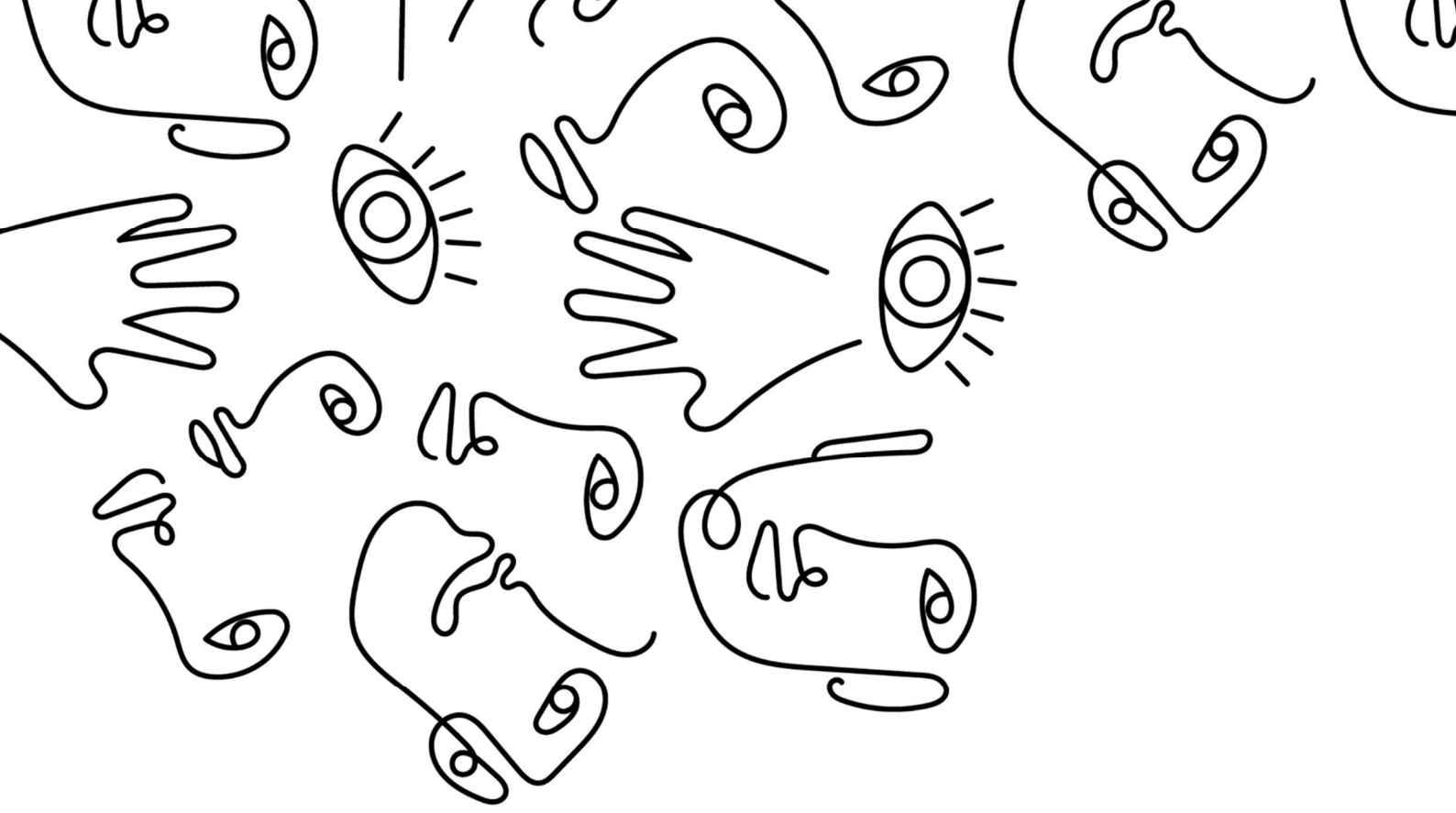
O encontro com Deus passou a ser, através da essência religiosa, o encontro com o perdão. Para além do cumprimento da pena, o crime precisaria ser vivenciado em arrependimento e perdão. O trabalho que a igreja realizava dentro dos presídios ocupava um lugar privilegiado junto ao Estado de controlador e modelador moral as mulheres deveriam vivenciar através do Guia das Internas o despertar e o compromisso de cultura moral, sendo domesticadas em seus comportamentos, feminilidade e sexualidade. A influência católica, evidencia Angotti (2018) não era vista com surpresa nos setores administrativos e instâncias de poder, uma vez que crime praticado pelas mulheres eram tratados pelo viés do pecado e da religião. Logo, o cárcere era tratado como um lugar de redenção e um instrumento eficaz do controle social. Ao fim, enfatizamos a contribuição da obra, pois, caminha na seara de informação, conhecimento e especialmente de compreensão de que temos longos desafios nos estudos sobre os sistemas prisionais, sobre a mulher no cárcere e sobre a inserção de políticas públicas voltadas às dificuldades das mulheres que estão presas.

Amanda Lima Souza<sup>38</sup>

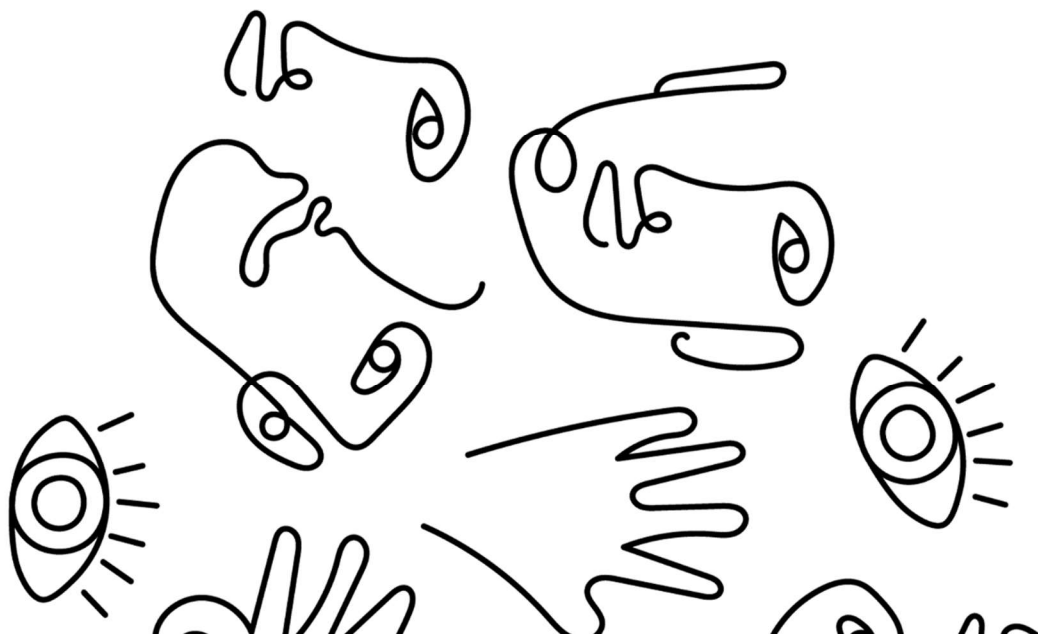
---

<sup>38</sup> Discente do curso de Ciências Sociais e Política pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.





# ENSAIOS FOTOGRAFÍCOS



## ELAS, DELAS

*Crislayne Cristina Gadelha*<sup>39</sup>

*Gilmara Soares de Oliveira*<sup>40</sup>

No ensaio ELAS, DELAS procuramos registrar mulheres de todas as raças e idade em diversas ocupações, a fim de as exibirmos sob diferentes nuances e perspectivas. As fotos foram tiradas em sua maioria na zona urbana de Apodi-RN por Crislayne Gadelha e Gilmara Oliveira.

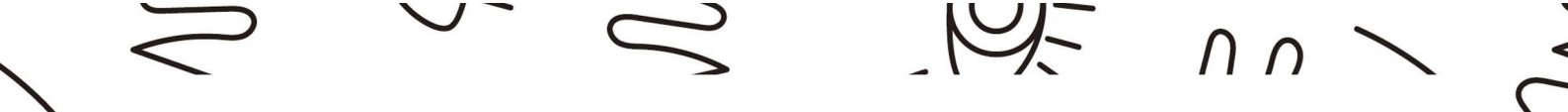
A missão social de sermos mulheres que nos é dada enquanto ainda somos muito pequenas para entendermos qualquer coisa sobre papéis de gênero, por vezes ofusca a capacidade de nos vermos para além desses papéis ou até mesmo diante destes. Em casa, somos mães, filhas e esposas, com muita dificuldade trazemos um diploma ou um salário. No mercado de trabalho juntamente com nossas colegas, lutamos constantemente para que não nos restrinjam aos estereótipos do cuidado. E todos os dias desejamos voltar para casa com a mesma dignidade com que saímos.

A questão é que a sobrecarga de nossas atividades junto com a forte individualidade que marca nossa sociedade, não nos permite chegar efetivamente a outras mulheres, estar com elas, ouvi-las, entendê-las, acolhê-las. A dificuldade durante a abordagem, os olhares desconfiados, a timidez diante da câmera e a quase sempre recusa em serem fotografadas, nos evidencia o pouco contato que nós mulheres temos com outras mulheres ademais de nossos próprios grupos. É como se estivéssemos tão imersas nos conflitos de classes, carregando o fardo pesado da história, que não conseguimos nem observar nem interagir devidamente com nossas semelhantes.

---

<sup>39</sup> Graduada em Ciências Sociais – Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), E-mail: [cris-gadelha@hotmail.com](mailto:cris-gadelha@hotmail.com)

<sup>40</sup> Graduada em Ciências Sociais – Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), E-mail: [maras2morais@hotmail.com](mailto:maras2morais@hotmail.com)



Sobrevivemos à pandemia da Covid-19 com nossa capacidade de interação reduzida e com um espaço muito aberto ao contato pelas redes sociais, mas há muito tempo algumas de nós vem passando pela vida sem senti-la. Entramos e saímos de nossos compromissos demarcadas pelas horas, sem ver as faces das que estavam nos recintos onde acabamos de nos relacionar de forma utilitarista. Enquanto mulheres, temos nossos corpos profanados sexualmente e visualmente pela exigência de um padrão de beleza inatingível e quando muito, submetidas aos julgamentos uma das outras.

Produzir este ensaio nos oportunizou refletir sobre o lugar que ocupamos no mundo e os sentimentos que despertamos em outras de nós, sobretudo, quanto a ausência que temos feito a nós mesmas. Diante disso, questionamos: o que é ser mulher e qual o seu lugar? Para fins de qualquer dúvida, além de apenas nos ver, em primeiro lugar, afirmamos que nos enxergar é um ato político.



**Figura 1: Mulher sorridente ao vender seu produto em feira livre da cidade de Apodi – RN.**



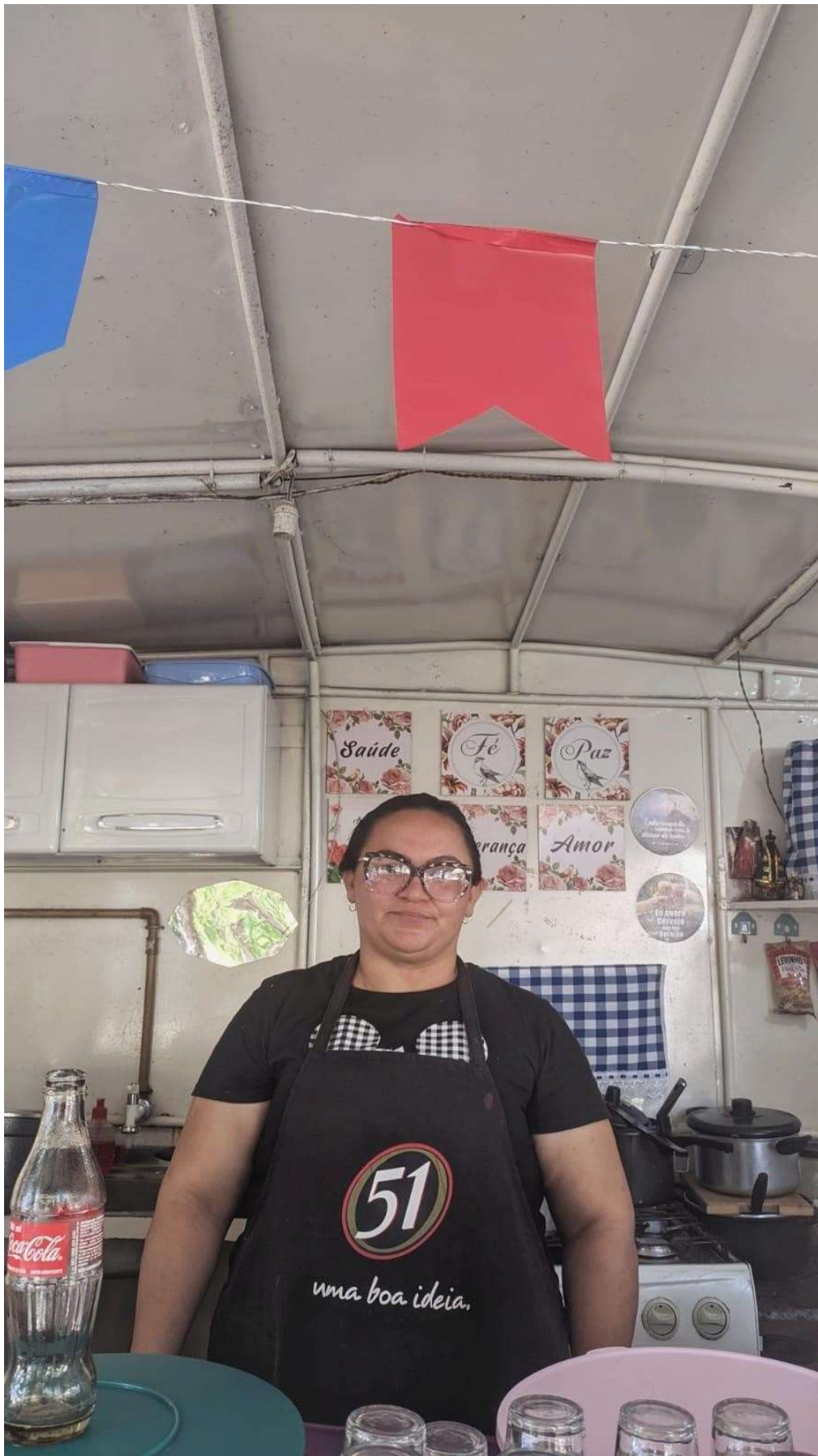


Figura 2: Mulher posando para foto em seu trailer de vendas de alimentos e bebidas.



Figura 3 Mulher em seu carrinho de produção de cachorro-quente.





**Figura 4: Mulher em processo de escolhas de grãos, em sua cabine de vendas.**





**Figura 5: Mulheres sorridentes em atividade de manicure.**





**Figura 6: Mulheres cantando em coro de igreja.**



**Figura 7: Mulher em sala de aula, lecionando.**





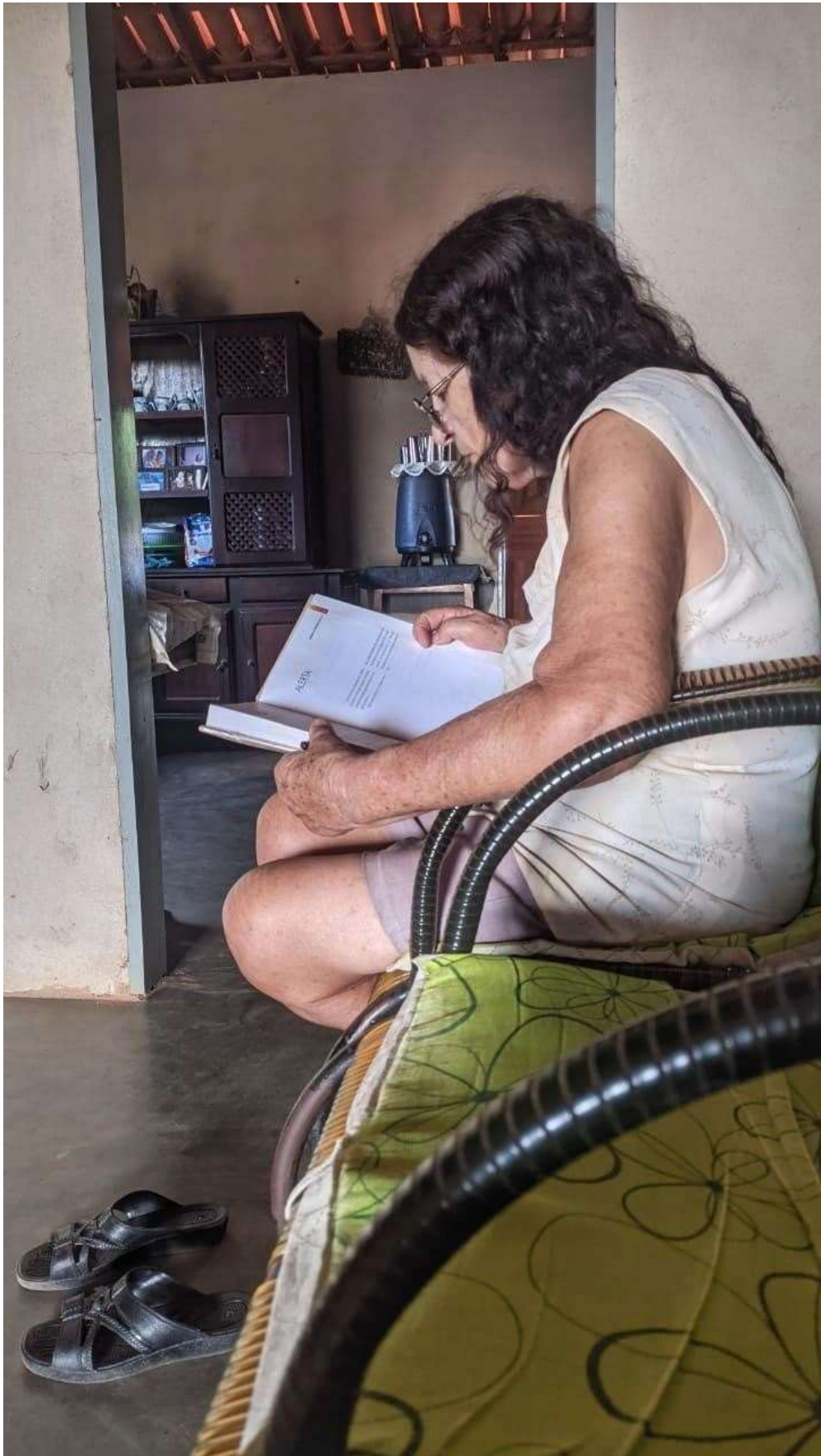
**Figura 8: Mulher alimentando aves em quintal de casa.**





**Figura 9: Mulher cuidando de criança.**





**Figura: 10 Mulher lendo.**





Figura 11: Mulheres em ato de fé, em igreja católica.





**Figura 12: Mulheres em ato de exercitar-se.**

## **SOBRE ORGANIZADOR/A**

### **Cyntia Carolina Beserra Brasileiro**

Professora efetiva do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2017). Mestre em Ciências Sociais (2012) pela mesma instituição, vinculada à linha de pesquisa Cultura e Identidades. Licenciada (2011) e Bacharel (2009) em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia e ênfase nos estudos de Antropologia da Política e Comportamento Eleitoral. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial em Antropologia (PET - Antropologia) e bolsista CAPES. É pesquisadora no GRUESC Grupo de Estudos Culturais e BITS Grupo de Pesquisa em Informação, Cultura e Práticas Sociais, da UERN. Tem interesse nas áreas de Comportamento Eleitoral, Eleições, Gênero, Mídia e Política.

## **SOBRE AUTORES/AS**

### **Amanda Lima Souza**

Aluna do 8º período do curso de ciências sociais, na modalidade de licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. É bolsista do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PETCIS), onde desenvolve pesquisa sobre o cárcere feminino tendo enfoque em políticas públicas de ressocialização e garantia dos direitos humanos. Participa do programa de extensão " Núcleo de Políticas Públicas" (NPP), e integra o Grupo de Estudos Culturais (GRUESC).

### **Crislayne Cristina Gadelha**

Licenciada em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Possui ensino-médio na Escola Estadual professor Antônio Dantas (2014). Tem experiência na área de Ciência Política.

### **Elany Lorrane Medeiros da Silveira**

Atualmente, estudante do curso de bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. É bolsista no Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais da UERN (PETCIS) e voluntária no projeto de extensão Núcleo de Estudos Antropolíticos.

### **Esdras Yuri Gurgel Correia**

Graduando do 3º período do curso de Serviço Social em Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente exerce presença sobre



o Núcleo de Pesquisa da Criança e do Adolescente (NECRIA) e atua como voluntário no projeto de pesquisa Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19. Demonstra interesse acerca da área da assistência social, saúde, jurídica e pesquisa.

**Eula Paula Gomes de Morais**

Graduanda em Ciências Sociais e Política na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Voluntária no projeto de extensão do NEE - Núcleo de Estudos Eleitorais da UERN e integrante do Grupo de Estudos Culturais (GRUESC).

**Gianna Grasiela Maia da Silva**

Graduanda em Ciências Sociais e Política, bolsista do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais da UERN, com pesquisa voltada para a representação feminina na política do estado do Rio Grande do Norte. Integrante do grupo de pesquisa Grupo de Estudos Culturais (GRUESC) da UERN e foi voluntária no projeto de extensão Núcleo de Estudos Antropológicos da UERN por 6 meses no ano de 2021.

**Gilmara Soares de Oliveira**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2021).

**Karina Cia Bartels Cabral**

Graduanda em Ciências Sociais e Política na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Bolsista no Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais.

**Magna Karol Alves de Paiva**

Graduada em Ciências Sociais bacharelado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, foi bolsista do Programa de Educação Tutorial de Ciências Sociais da UERN (PETCIS) e estagiária do Programa Criança Feliz. Durante a graduação realizou pesquisas sobre empreendimentos morais na Universidade, feminismos e políticas públicas com ênfase em violência doméstica. Tem interesse em pesquisas em gênero, feminismos, direitos reprodutivos e políticas públicas para as mulheres.

**Maria Laís Azevedo Silva**

Graduanda da licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, bolsista no Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PETCIS).

**Pâmela Kaylhanny De Mesquita Dantas**

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e integrante do Núcleo de Estudos e Ações Integradas na Área da Criança e do Adolescente (NECRIA).

**Vanderlânia Crislany da Silva Ferreira**

Licenciada em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, atualmente cursando a modalidade de Bacharelado em Ciências Sociais - UERN. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos.

**Vitória Camila Da Silva Araujo Fonseca**

Recente concluinte do curso técnico integrado em Informática pelo CEEP MRG, atual graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e estagiária do Núcleo de Estudos Sobre a Mulher Simone de Beauvoir - (NEM).

**Vitória Maria Saraiva Freire**

Graduando do 3º período do curso de Serviço Social em Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).